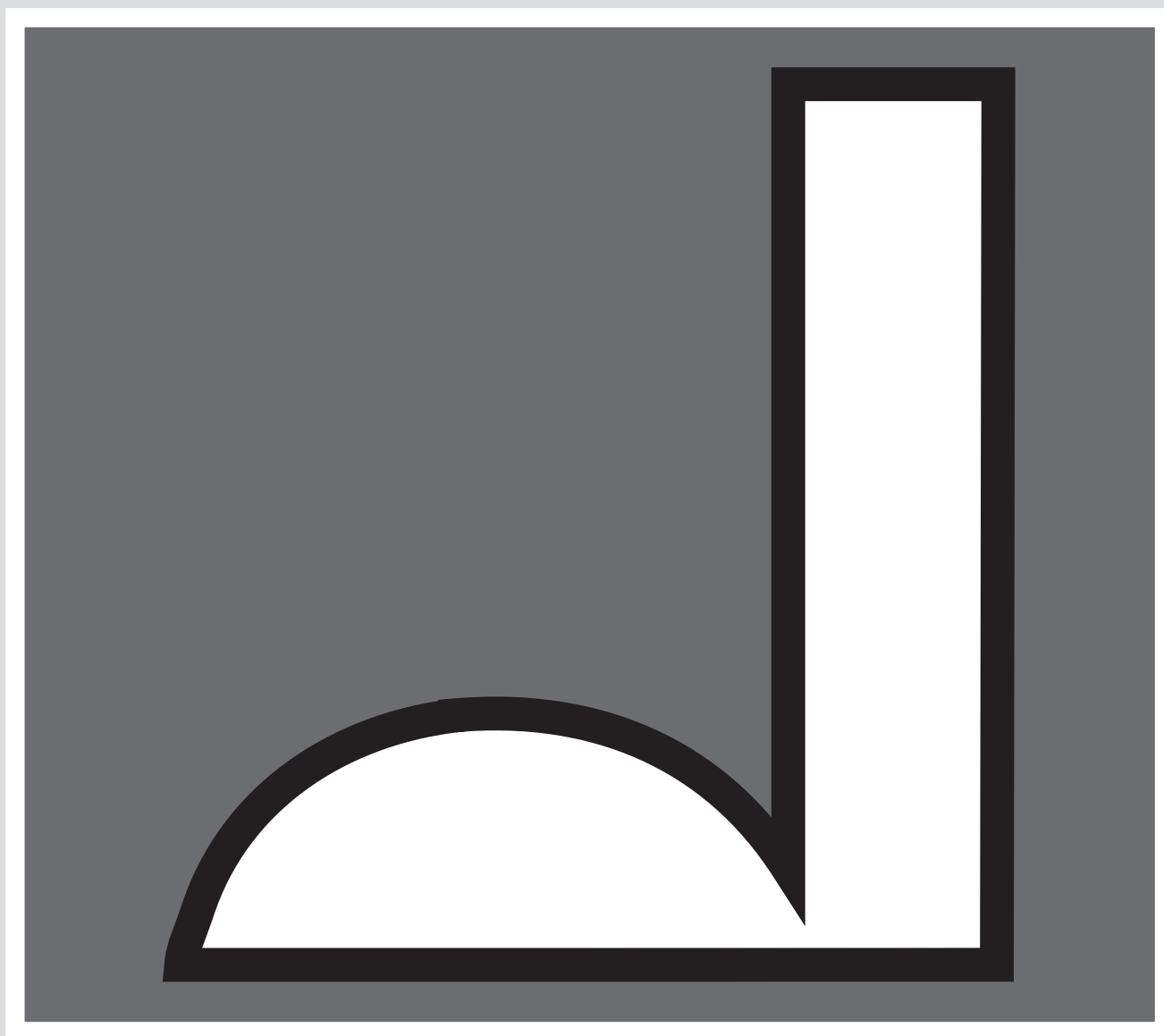




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 22 - QUARTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – BLOCO – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 2º Papaleo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 22</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Maguito Vilela Hélio Costa Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO – 22 PT – 13 / PSB – 2 PTB – 3 / PL – 3 PPS – 1</p> <p>LÍDER – BLOCO Delcídio Amaral – PT</p> <p>LÍDER – PT – 13 Delcídio Amaral</p> <p>Vice-Líderes Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER – PSB – 2 João Capiberibe</p> <p>Vice-Líder – PSB (vago)</p>	<p>LÍDER – PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>Vice-Líder – PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER – PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>Vice-Líder – PL Aelton Freitas</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 31 PFL – 18 / PSDB – 13 Sérgio Guerra – PSDB</p> <p>Vice-Líderes Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL</p> <p>LÍDER – PFL – 18 José Agripino</p> <p>Vice-Líderes – PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeo Tuma João Ribeiro</p> <p>LÍDER – PSDB – 13 Arthur Virgílio</p>	<p>Vice-Líderes – PSDB Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Alvaro Dias</p> <p>LIDERANÇA DO PDT – 4 LÍDER Osmar Dias</p> <p>Vice-Líder (vago)</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>LÍDER Aloizio Mercadante – PT</p> <p>Vice-Líderes Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Romero Jucá – PMDB Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PPS Marcelo Crivella – PL</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 20ª SESSÃO (ESPECIAL), EM 15 DE MARÇO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar os vinte anos da redemocratização do Brasil, nos termos do Requerimento nº 105, de 2005, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores. 05054

1.2.1 – Fala do Presidente Senador Renan Calheiros

1.2.2 – Oradores

Senador Antonio Carlos Magalhães	05056
Senador Pedro Simon.....	05058
Senador Marco Maciel.....	05060
Senador Arthur Virgílio.....	05064
Senador Jorge Bornhausen	05067
Senador Delcídio Amaral	05069
Senador José Sarney	05070
Senador Eduardo Azeredo	05078
Senador Garibaldi Alves Filho	05080
Senador João Capiberibe	05082
Senador Valmir Amaral	05083
Senador Ney Suassuna	05084
Senadora Lúcia Vânia.....	05086

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 152, de 2005, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Srs. Senadores, solicitando que a Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã, será destinada a homenagear a memória do Sr. Luis Eduardo Magalhães..... 05087

1.2.4 – Comunicação da Presidência

A Presidência fixa a Hora do Expediente da Sessão Deliberativa Ordinária de amanhã, para homenagear a memória do Sr. Luiz Eduardo Magalhães..... 05089

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 153, de 2005, de autoria do Senador César Borges e outros Srs. Senadores, solicitando Voto de Saudade ao eminente brasileiro Luís Eduardo Magalhães. 05089

1.2.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário que a Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã,

será destinada a homenagear a memória do Sr. Luis Eduardo Magalhães..... 05089

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 15-3-2005

3 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 33 e 34, de 2005. 05090

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.161 a 1.181, de 2005. 05091

Nº 1.183, de 2005. 05101

Nºs 1.186 a 1.198, de 2005. 05102

5 – ATOS DO DIRETOR DO PRODASEN

Nºs 1 a 19, de 2005. 05109

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

7 – SECRETARIA DE COMISSÕES

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 20ª Sessão Especial, em 15 de março de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros

Compõem a Mesa: à direita do Presidente Renan Calheiros: Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Sr. Aldo Rebelo, Ministro da Coordenação Política, e o Senador Tião Viana, 1º

Vice-Presidente do Senado Federal; à sua esquerda: o Sr. Aécio Neves, Governador do Estado de Minas Gerais e os Senadores João Albetto Souza, 2º Secretário, e Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.



Senado Federal

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO ESPECIAL - 15 HORAS

Período : 15/3/2005 07:52:53 até 15/3/2005 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PSDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUÁRQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	MG	HELIO COSTA	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PDT	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	AP	PAPALEO PAES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PÉDRO SIMON	X	
PSDB	CE	RÉGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	X	

Compareceram: 65 Senadores

João Albetto Souza
L. Quintanilha
Edmundo Siqueira Campos
João Batista Motta
Jorge Bornhausen
Valmír Amaral

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar os 20 anos da redemocratização do Brasil, nos termos do Requerimento nº 105, de 2005, do Senador Renan Calheiros e de outros Srs. Senadores.

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim. (Palmas.)

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Governador Aécio Neves, que, nesta oportunidade, representa a família do Presidente Tancredo Neves. (Palmas.)

Convido o Plenário e as galerias a ouvir, de pé, a execução do Hino Nacional brasileiro.

(Execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ex.mo Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, Ex.mo Sr. Governador Aécio Neves, Exmºs Srs. Governadores de Estado, Exmºs Srs. Ministros de Estado, Exmºs Srs. Presidentes e Ministros de Tribunais Superiores, Exmº Sr. Procurador-Geral da República, Exmºs Srs. Membros do Corpo Diplomático, Exmºs Srs. Prefeitos, Exmºs Srs. ex-Ministros de Estado, Exmºs Srs. e Srs. Senadores, Exmºs Srs. e Srs. Deputados, minhas senhoras, meus senhores, este não é só um momento de celebração, mas é também um convite à reflexão. No dia 15 de março de 1985, o Congresso Nacional se reuniu para encerrar uma etapa crucial na história política do País.

Com a posse do primeiro presidente civil, depois de 1961, demos início ao longo e vital processo de restauração da democracia, ceifada por conflitos e crises de natureza político-militar que, lamentavelmente, entristeceram toda a América Latina.

Não era a primeira vez que, no século passado, vivíamos o transe de superar um período de excepcionalidade política, para tentarmos a reconstrução daquelas que nunca deixaram de ser as aspirações dos brasileiros de todas as gerações: a convivência pacífica, a estabilidade institucional e a busca da prosperidade econômica, com o fortalecimento das instituições democráticas.

Assim foi com o fim do Estado Novo, em 1945. Assim haveria de ser com a Nova República, em 1985.

Quarenta anos separaram esses dois momentos de renascimento de expectativas e de renovação de esperanças.

Por isso, a primeira constatação ao celebrarmos 1985 é lembrarmos que o processo pacífico da transição para a democracia foi produto de dois fatores sem os quais a política não sobrevive nem prospera.

O primeiro, a persistência e a confiança do povo brasileiro, que inviabilizou a continuação do regime militar. O segundo, a capacidade das lideranças políticas que, acima de conveniências pessoais, sobrelevando diferenças partidárias e superando divergências ideológicas, foram capazes de amenizar, pela conciliação, a árdua caminhada em busca da legitimidade perdida em 1964.

A convergência se materializou por meio do documento “Compromisso com a Nação”, subscrito no dia 7 de agosto de 1984, entre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, representado por seu presidente – o inesquecível, o timoneiro de todos nós –, Deputado Ulysses Guimarães, que comandou a Oposição nos dias de trevas. E o então Governador Tancredo Neves, que liderou a Bancada Opositorista na Câmara, em momentos decisivos da vida política brasileira.

É imperioso que friseamos a destacada atuação do nosso Senador Pedro Simon, inquestionavelmente um dos melhores quadros do nosso bravo PMDB. Essa luta, que nasceu nos gritos pela redemocratização, passou pela anistia e teve a participação de vários partidos e inúmeros companheiros. Não podemos, portanto, deixar de citar a ativa participação do saudoso Leonel Brizola, do Presidente Lula, de Teotônio Vilela e tantos outros que entraram de corpo e alma pela reconquista da democracia.

Pela Frente Liberal, na época ainda não constituída em partido, firmaram o documento o então vice-Presidente da República, ex-Deputado e ex-Governador mineiro Aureliano Chaves de Mendonça e nosso atual colega, hoje como naquela época, Senador por Pernambuco, Marco Maciel. Não podemos deixar de mencionar o papel assumido também pelo nosso Senador baiano Antonio Carlos Magalhães.

Rememoro esses fatos, não somente por um dever de justiça, mas, sobretudo, para lembrar que nenhuma conquista política de envergadura e significado histórico, como nesse caso, se alcança sem sacrifícios, sem obstinação e sem renúncias.

Quinze de março de 1985 não existiria sem a esmagadora vitória de 15 de janeiro. Quinze de janeiro não se consumaria sem o amplo entendimento político entre os contrários, concluído em 7 de agosto.

Nem todos viveram a intensidade dessa sucessão vertiginosa de fatos que tiveram a virtude de sepultar, em poucos meses, as lembranças e as tristes heranças de 21 anos de desacertos e desenganos.

Mesmo os que não tiveram a oportunidade de vivê-los, não podem esquecer-los. É por isso que estamos aqui. São fatos que devem se manter vivos na memória coletiva da Nação para que não voltemos a pagar o preço de nossos próprios erros.

Frustração e sofrimento marcaram a lenta e a longa jornada em busca da liberdade pela qual todos ansiavam. A rejeição da emenda das Diretas gerou – depois dos monumentais espetáculos populares que marcaram a mais vibrante das jornadas de entusiasmo e vibração cívica a que o País tinha assistido – um sentimento de desencanto.

Mas nada disso abateu o ânimo, a esperança e a perseverança dos brasileiros. A morte inesperada e o martírio da longa e sofrida agonia de Tancredo ungiram a fé de toda a Nação, compungida, solidária e confiante no gigantesco passo sem volta que o Brasil tinha dado para restaurar a democracia em nosso País.

Podemos imaginar como devem ter sido os momentos de angústia e preocupação por que passou aquele que, ante o inelutável destino, se viu obrigado a assumir o papel de principal ator da cena política brasileira. Foi um roteiro histórico de que ele participou como co-autor, para que outro, e não ele, representasse, tendo como platéia toda a Nação e, como expectador, o sofrido povo brasileiro.

A serenidade, a coragem, o equilíbrio e a experiência do Presidente José Sarney fizeram dele o principal protagonista das cenas que aqui rememoramos para que nunca nos esqueçamos o quanto lhe deve o País. Os percalços, as incertezas, o desconhecido e o inusitado ele venceu com os dotes de seu espírito de homem público. As dificuldades, superou com as virtudes de cidadão.

Os fatos históricos são únicos, por sua singularidade. E, como singulares, não se repetem. Nem por serem singulares, porém, são necessariamente inéditos.

Quando tomou posse, em 15 de novembro de 1984, o primeiro presidente civil a ocupar a Presidência da República, houve um ato de assunção, mas não de transmissão do poder, pela ausência de seu sucessor. A posse do Presidente Sarney repetiu a de Prudente de Moraes, sem que lhe tirassem a singularidade. Tal como na de Prudente, não foi um detalhe de um ato cerimonial o que marcou a vida pública do Presidente Sarney, mas sim o seu Governo, que, como o de Prudente, garantiu a continuação, a estabilidade e a legitimidade do regime republicano. Um regime que nasceu militar e, pelas virtudes cívicas do povo e das lideranças políticas brasileiras, tornou-se civil, para que civil e democrático sobreviva, permaneça e se perpetue para a felicidade geral de toda a Nação.

Essa é a aspiração do povo brasileiro. E foi para lembrá-la que aqui nos reunimos neste ato de celebração e de reflexão.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eminentemente Presidente Renan Calheiros...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se V. Ex^a me permite uma interrupção, eu gostaria de convidar para compor a Mesa, representando todos os Ministros aqui presentes e ex-Ministros também, o Deputado Aldo Rebelo, Ministro da Coordenação Política. (Palmas.)

Com a palavra V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eminentemente Presidente Renan Calheiros; Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Nelson Jobim; querido amigo, Governador Aécio Neves, protagonista há vinte anos, mais do que qualquer outro, desses episódios que vivemos juntos; Ministro Aldo Rebelo, Srs. Membros da Mesa, Ministros de Estado do Governo Sarney, Ministros aqui presentes, Senadores, Deputados, minhas senhoras, meus senhores, hoje é um dia singular na democracia brasileira.

Costumo repetir que todos os movimentos, desde trinta para cá, até mesmo antes da República e até mesmo da Independência, todos esses movimentos, civis ou militares, foram feitos com o apoio da opinião pública nacional. Sem o apoio da opinião pública nacional, jamais teriam acontecido! Sem o apoio da opinião pública nacional, Tancredo Neves não teria sido Presidente da República!

Hoje, aqui, homenageamos dois grandes brasileiros de uma só vez: Tancredo Neves e o Presidente José Sarney. O Presidente José Sarney, de quem tive a honra, por indicação de Tancredo, de ser Ministro por cinco anos, soube, como ninguém, portar-se em momentos difíceis, talvez o mais difícil da República. Sempre o tratei com o respeito indispensável que se deve tratar o Presidente da República. E até me lembro, neste instante – porque sempre o chamei Presidente Sarney –, que vários companheiros meus de Ministério o chamavam de Sarney. Nunca o chamei de Sarney! Tinha sempre em mente que, quando Lacerda se elegeu Governador do Estado do Rio de Janeiro, um seu amigo, com certa intimidade, lhe perguntou: “E agora, Carlos, como vou chamá-lo?”. Ele respondeu: “O senhor poderá me chamar como quiser!”.

Assim, durante esse período, o hoje amigo de mais de 5 décadas – naquele tempo de 3 décadas –, eu sempre tratava com a reverência que o cargo de Presidente da República exigia, como hoje ainda exige.

Com ele discutíamos os problemas nacionais, sobretudo aqueles que antecederam a morte de Tancredo. A sua reação, em determinado momento, no nosso Partido na época, o PDS, foi a mais corajosa possível num dia ou numa manhã em que tudo poderia acontecer. Mas, com sua coragem e seus amigos, resistimos, e daí se forçou, dentro de pouco tempo, a fundação do Partido da Frente Liberal, como V. Ex^a ainda há pouco citou.

De modo que eu entendo que a candidatura Tancredo era aquela que o povo brasileiro queria. Não sei, se a eleição fosse direta, se ele seria Presidente ou não. O fato é que Tancredo era o homem que a sociedade brasileira queria para presidir a República pelo seu vasto conhecimento. Fora promotor em Minas, fora deputado estadual, deputado federal, senador, governador, diretor do Banco do Brasil. Enfim, conhecia tudo. Muito mais ainda: possuía uma inteligência notável, que só os estadistas da sua categoria possuíam.

A vida de Tancredo pode se transformar hoje na vida de um dos brasileiros contemporâneos mais eminentes. Juntamente com seu conterrâneo Juscelino Kubitschek, de quem fora amigo, acredito que, por mais que queiramos, não encontraremos figuras maiores.

Trabalhamos juntos, antes mesmo, e aí vai um pouco de história, da sua eleição na convenção do PMDB. Vários encontros tivemos no seu apartamento na Avenida Atlântica, e ele, sempre com lucidez, via os caminhos que o Brasil deveria percorrer. Assim, Tancredo se tornou insubstituível como candidato.

Em 11 de agosto de 1984, nós participávamos do PDS e estávamos com a candidatura de Mário Andreazza, que foi fragorosamente derrotado por Paulo Maluf, candidato da situação em vez de Andreazza. Por outro lado, grandes líderes queriam a permanência do Presidente de então, mas o povo não queria. O povo queria Diretas Já e, na falta de Diretas Já, aquele que as representava, e quem as representava, além de Ulysses Guimarães, era Tancredo Neves.

No dia 12, houve a convenção do PMDB. Havia dúvidas muito claras no ambiente político se José Sarney seria bem recebido na convenção do PMDB, ele que antes fora Presidente do PDS. Foi muito bem recebido, e, com Tancredo, consagrado Presidente e Vice-Presidente da República. Neste dia, ousou confessar, Tancredo esteve na minha residência e me convocou para trabalhar com ele no Ministério – 12 de agosto de 1984. Não me disse qual, mas assegurou-me que trabalharia com ele. Daí tivemos lutas sérias. Relembro o comício de Goiânia organizado por Iris Rezende; foi um dos comícios mais vibrantes da campanha. Como havia muita bandeira vermelha, o Exército ficou um

pouco aborrecido e fez traduzir para Tancredo que isso não deveria ocorrer com tanta frequência.

Mas Tancredo também tinha – como ainda há pouco li em uma entrevista de Aécio Neves – ligações com vários militares importantes da República; Tancredo dava-se e compreendia todos e, por isso, facilmente conquistava aqueles que com ele dialogavam.

Passaram-se os dias e houve um célebre 04 de setembro. Era meu aniversário; daí por que, eu sei, o Presidente Renan Calheiros citou meu nome. Aqui tem o depoimento do Ministro – até presente – da Aeronáutica de então, **O Estado de S. Paulo**, em que diz – perdoe-me, eu não quero ser imodesto; também devo dizer o que penso: “A crise entre ACM e Délio foi uma virada na campanha de Tancredo Neves. Ali selou-se a sorte de Paulo Maluf. Até então nenhum político havia enfrentado um ministro militar”. Palavras do Brigadeiro Moreira Lima.

Daí vieram muitos acontecimento. Falaram que eu iria para Fernando de Noronha, que iria ser preso etc. Procurei munir-me de bons advogados. Fui em busca da grande figura, entre Ministros do Supremo, de Vitor Nunes Leal. Tivemos uma reunião, no Rio de Janeiro, com Pedro Gordilho, Vitor Nunes Leal e com uma pessoa que, a cada dia, agiganta-se no Supremo e na República: o Ministro Sepúlveda Pertence. S. Ex^a fazia parte do escritório de Vitor Nunes. Traçamos uma política de defesa da minha pessoa. Vitor Nunes, com a ética que lhe era própria, não quis subscrever porque fora advogado de Luftalla; não se sentia bem, mas iria dar-me toda a assistência, todo o apoio jurídico, por intermédio dessas figuras notáveis que acabei de citar.

Veio a eleição de 15 de janeiro. A vitória esmagadora de Tancredo Neves traduziu a vontade do povo brasileiro. Em seguida, como sempre acontece – agora está acontecendo, mas com Tancredo era bem diferente, digamos a verdade –, veio a formação de ministério. Tancredo tinha na cabeça todos os ministros que iria nomear; embora conversasse com várias pessoas, ele já tinha formado o ministério.

Tancredo passava a ser a esperança nacional quando adoeceu. E adoeceu com muita coragem porque não teve a vontade de curar-se talvez na hora própria; ele achava que o momento da Nação era mais importante do que a sua própria saúde. Até que no dia 14, ao final da missa na Igreja Dom Bosco, ele passara, batera no meu peito e dissera: “Antonio Carlos, me acontece cada coisa!” E estava meio pálido. Realmente não deduzi coisa alguma, até que às nove horas fui informado do seu internamento, e da luta na ocasião porque o Presidente da República achava que o Vice-Presidente José Sarney não deveria tomar posse. Puro capricho

de derrotado. O Dr. Leitão de Abreu também se fixou nessa tese. Outros juristas importantes, como Afonso Arinos, pensavam de modo totalmente diferente. Mas manda a verdade que se diga que tudo se esclareceu quando um jovem jurista militar, aqui presente e hoje tão jovem quanto ontem, o General Leônidas Pires Gonçalves, chegou no meio da reunião e disse: “A Constituição está aqui. Quem vai tomar posse é José Sarney, como Vice-Presidente da República”. E José Sarney tomou posse.

Vou relembrar um pouco o nosso querido Aécio Neves, que sofria como ninguém naquela noite: admitimos até que Tancredo tomasse posse no hospital. Mas isso não ocorreu, inclusive pela própria vontade de Tancredo. E aí vivemos aquela agonia que não foi só a agonia de Tancredo; foi a agonia da Nação inteira com a sua doença, tanto aqui quanto em São Paulo. Até aquele dia 21 de abril – todo o povo brasileiro se recorda – quando um avião decolou com o corpo de Tancredo. Isso ficou na memória de todos. Passamos aqui, fomos para Barbacena e de lá para São João Del Rei. Todos estavam sofrendo muito, o Brasil sofrendo mais ainda; e, com o Brasil, sofria o Presidente José Sarney.

O Presidente José Sarney, com a dignidade que lhe é própria e que tem provado em vários momentos da sua vida, procedera como estadista, mas temeroso pela responsabilidade de substituir aquele que era popularmente no Brasil, talvez, a maior figura. Deu-se a posse. Devemos dizer a verdade: não esperávamos o desenlace; esperávamos todos os dias por aqueles boletins do InCor, geralmente anunciados por Antônio Britto e com os quais todo o Brasil sofria, até quando ocorreu o inevitável. Mas Sarney, honrando as tradições de seu Estado e criando uma tradição para todos nós que fazemos vida pública, soube proceder não só como estadista, mas como o amigo, mantendo todo o ministério para o qual Tancredo já havia assinado os decretos.

Devo dizer a V. Ex^a, Sr. Presidente, que até o fim do mandato Sarney procurou ser fiel e seguir Tancredo. Nós tínhamos encontros praticamente diários e podíamos ver como ele se interessava em não fazer nada que Tancredo não desejasse, se vivo fosse. Daí por que hoje ele é muito responsável pela democracia, que comemoramos vinte anos.

Quero dizer, Sr. Presidente, que nós temos o dever de honrar a memória de Tancredo Neves e continuar o trabalho democrático, que não se esgota nestes vinte anos.

Li hoje algumas frases e uma me ficou bem na cabeça, a de Claude Pepper, que dizia: “A democracia é a melhor de todas, porque todos têm o direito de

errar”. Na democracia, mesmo errando se acerta. O povo pode corrigir, de quatro em quatro anos, os erros que nós cometemos. Eu digo, neste instante, que Tancredo provavelmente poderia repetir as palavras do Visconde de Rio Branco: “Confirmarei diante de Deus tudo quanto houver afirmado aos homens”. Ele pode confirmar, onde quer que esteja, que foi um homem que só pensou no Brasil, lutou pelo Brasil e pelo Brasil morreu, deixando um nome que hoje tem que ser reverenciado pela Nação brasileira.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, distintas autoridades que compõem a Mesa – Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim; Ministro Aldo Rebelo; jovem amigo Governador de Minas Gerais, companheiro Aécio Neves; –, Ministros, ex-Ministros, Governadores, Senadoras, Senadores, senhoras e senhores, estamos aqui, vinte anos depois. Quero crer que, ao lembrar o que ocorreu no dia 15 de março, devemos lembrar a história toda, que começou com a derrubada do Sr. João Goulart, em 1964. Após longos anos de dor, de luta, de sacrifício do heróico povo brasileiro, muitos anônimos e muitos conhecidos, chegamos àquele dia 15 de março.

Foi uma luta de um povo contra o regime militar. Foi uma luta brava e corajosa, que, no início, parecia sem razão, sem expectativa de chegar a um objetivo. Aquele Governo era tão forte, tão firme, que parecia o Estado Romano. Parecia que aqueles que contra ele se levantavam não tinham significado maior. Na verdade, a luta era quase anárquica: cada um fazia o que achava certo e não havia um objetivo.

Lembro-me bem de que as oposições, sob o comando do seu extraordinário chefe, Dr. Ulysses Guimarães, reuniram-se e disseram: “Nós temos que ter uma estratégia para levar a nossa caminhada”.

E o esquema foi traçado. Foi lançada a chamada Carta de Porto Alegre. Decidimos que podiam fazer oposição como bem quisessem, mas o MDB entraria na luta com quatro objetivos: diretas já, anistia, assembléia nacional constituinte e fim da tortura. Nós entraríamos na luta com essas quatro bandeiras. Fora disso, quem quisesse campanha de guerrilha, de luta armada, de renúncia coletiva, de dissolução de partido, podia ir nesse sentido. Nós não estaríamos naquela caminhada.

De saída, colocamos na rua a primeira das bandeiras: Diretas Já, proposta na Emenda do nosso querido companheiro que aqui está, Dante de Oliveira.

No momento em que a Oposição se harmonizou e deu um sentido ao seu trabalho, ela se multiplicou. O povo passou a compreendê-la, e ela passou a avançar. A campanha das Diretas foi, talvez, uma das mais extraordinárias que o Brasil já conheceu. Foi uma campanha que levaria à vitória absoluta a Emenda Dante de Oliveira. Ela teria sido aprovada se não tivessem os militares, nas suas últimas chances de fazer algo, cercado o Congresso Nacional e lançado nota assustando os parlamentares, dizendo que tudo poderia acontecer se a Emenda fosse aprovada. Houve ampla maioria, mas não foi obtido o **quorum** necessário porque mais de cem parlamentares ficaram com receio de chegar ao Congresso, que estava cercado. Faltaram oito votos para atingir o **quorum** necessário para aprovar a Emenda Constitucional. Ela foi derrotada. Parecia que o caminho seria o de sempre: uma anticandidatura, já que o MDB e os outros partidos não aceitavam o Colégio Eleitoral. Também nós não concordávamos com o Colégio Eleitoral porque ele tinha dado garantia à posse de cinco generais ditadores.

Desde o início, defendíamos a tese de que, se as diretas já fossem aprovadas, o candidato seria o Dr. Ulysses, mas se o Colégio Eleitoral fosse o caminho, o candidato seria o Dr. Tancredo. Então se levantou a tese de que não podíamos deixar assumir, ainda mais naquela ocasião. Teríamos de ir para o Colégio Eleitoral e derrotar o candidato do regime Paulo Maluf, o que foi feito. Para isso, muito importante foi o trabalho de José Sarney, então Presidente do PDS. Sarney rompeu com o PDS e assumiu o comando de alguns companheiros seus e, tendo à frente Aureliano Chaves, Marco Maciel, Jorge Bornhausen, o grupo discordou da candidatura de Maluf. E passaram a integrar o movimento a favor da campanha de Tancredo Neves.

E aquilo que parecia impossível deu certo.

E, apesar do medo, da campanha e da pressão no sentido de que não poderiam votar, de que o voto de arenistas em Tancredo não deveria valer, poderia acontecer isso ou aquilo, a verdade é que houve a vitória. Tancredo e Sarney foram eleitos.

Memorável dia, extraordinário dia daquela vitória, em que se sentiu realmente que aquela luta popular, aquele sentimento, aquela alma do povo que vinha angustiada pelas injustiças, buscando a democracia e buscando a liberdade sem sangue, sem violência, era vitoriosa. E o Dr. Tancredo Neves passou a organizar o seu governo. Um homem de coragem, com a sua história. Jovem Ministro da Justiça de Getúlio Vargas, na hora em que, às vésperas em que Getúlio foi levado ao suicídio, traído pelo seu Ministro da Guerra, ele, Tancredo, tinha dito ao Dr. Getúlio: “Me nomeie Ministro que eu termino com essa luta e Vossa Excelência

ficará na Presidência.” Mais tarde, primeiro-ministro no regime parlamentarista imposto a João Goulart, iniciou um governo extraordinário. Mas, já estava em andamento a luta entre Juscelino e Lacerda para a sucessão presidencial, derrubaram o Parlamentarismo e Tancredo não pôde continuar.

Governador de Minas, o seu preparo era imenso. E tenho certeza de que se preparou para fazer um excepcional governo.

Cheguemos no dia 14 de março de 1985. No Brasil, dezenas de delegações, reis, presidentes da república, primeiros-ministros, delegações dos mais variados países vinham, com alegria, ao Brasil para ver o grande país abrir as portas para a democracia. Naquela noite, todos nós, inclusive os ministros futuros, estávamos cada um com a responsabilidade de ir a uma embaixada, porque todas elas estavam fazendo recepções, homenagens, à vitória de Tancredo e Sarney.

Eram aproximadamente 22 horas e eu estava na Embaixada da Argentina, quando o Dr. Ulysses me telefonou, dizendo: “Venha já para o Hospital de Base!” Ele desligou o telefone, e fui sem saber o que iria encontrar. Quando cheguei lá, no último quarto antes da ala fechada, lá estava o Dr. Ulysses. Depois, chegou Marco Maciel; o então Presidente do Senado; o Sarney; e em seguida, o General Leônidas. E um grupo de pessoas estavam ali debatendo e discutindo o destino do Dr. Tancredo. Aí é que soube que os médicos de Tancredo queriam operá-lo, mas ele dizia que não seria possível, pois, até as 10 horas do dia seguinte, tinha a obrigação de ficar firme e assumir a Presidência, uma vez que havia recebido informações de que, se não assumisse, o General Figueiredo não passaria a Presidência ao Sr. José Sarney.

Houve essa discussão durante determinado tempo. Estávamos ali, e o Ministro da Fazenda, Sr. Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo, fazia a ligação, era o único que entrava no quarto, falava com os médicos e vinha conversar conosco para ouvir o pensamento. Era ele que nos dizia: “Tancredo não quer a cirurgia. Acha que não pode, que ele tem que assumir”. Depois, voltou dizendo: “Mas os médicos acham que ele tem que ser operado, e ele vai ser operado”.

E vimos quando passou a maca, levando Tancredo para a mesa de cirurgia. Ficamos nós no quarto, e aí se perguntou: e quem assume? Assume o Dr. Sarney, Vice-Presidente da República, no impedimento do Presidente. Mas o Presidente ainda não assumiu, ainda não é Presidente. Assume o Dr. Ulysses, Presidente da Câmara? Esta era a tese do jurista Sr. Leitão de Abreu: defendia que deveria assumir o Dr. Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara, porque o Dr. Sar-

ney ainda não era Vice-Presidente. Se Tancredo não era Presidente, Sarney não poderia assumir.

Em meio a essa discussão entrou o General jurista Leônidas, que pegou a Constituição e disse: “Assume o Dr. Sarney.” Eu estava preparado para responder que divergia, quando o Dr. Ulysses disse: “Eu concordo com o General, assume o Dr. Sarney”. Realmente, assumiu o Dr. Sarney.

Mais tarde, falei com o Dr. Ulysses: mas por que isso? Ele disse: “Se o General Leônidas, Ministro do Exército, que está coordenando todo o nosso trabalho, inclusive evitando as dúvidas que tem com relação aos focos de resistência militar, acha que esse é o caminho, eu vou ser contra? Vou criar uma crise? É esse o caminho”. E o Dr. Sarney, justiça seja feita, por ele assumiria também o Dr. Ulysses. Foi um gesto bonito que vi ali, onde os dois candidatos, despreocupados com a sua posição pessoal, buscavam a melhor saída para o País.

E fomos para a posse. Assumiu o Presidente Sarney, e fez um governo com o maior respeito e com muita dignidade.

O Dr. Sarney, é claro, teve que enfrentar o drama. Ele não tinha se preparado, ele não tinha organizado ministérios, não tinha planos de governo, a sua expectativa era ser um bom Vice-Presidente, colaborando com o Presidente da República da melhor maneira possível. E, de repente, cai a presidência na cabeça dele. E ele agiu com grande dignidade, com grande capacidade, fez o que podia. É claro que não podia fazer o que o Tancredo faria porque não era o Dr. Tancredo, não tinha nem o passado, nem a biografia do Dr. Tancredo. Mas sou obrigado a reconhecer que o Dr. Sarney convocou a Assembléia Nacional Constituinte, abriu os partidos políticos, fez um governo democrático, tentou de todas as formas acertar e chegou ao Plano Cruzado – eu reconheço. Mas sinto que pagamos um preço alto com a morte do Dr. Tancredo, que era o homem que estava preparado, na história e no destino, para desempenhar o mandato mas, lamentavelmente, assim não aconteceu.

Que história fantástica que nós não podemos deixar de esquecer! Dia 21 de abril é o dia de Tiradentes, é o dia que, esquartejado, Tiradentes foi morto por defender a independência do Brasil. Dia 21 de abril foi a data que, esquartejado por sete cirurgias, morreu o Dr. Tancredo e deixava a dor, a luta e o sofrimento no povo brasileiro.

Nesse cenário de lembranças dolorosas lembro, com profunda saudade, um homem extraordinário, um mártir, o grande Teotônio Vilela, o Menestrel das Alagoas, que percorreu o país, empolgando e arrastando as multidões numa verdadeira pregação idealista e

democrática. Ele foi nosso irmão e nos encorajou com seu exemplo. Saudades imensas!

Mas, hoje é um dia de festejar, sim. Vinte anos atrás, tínhamos um duplo sentimento. A nossa alma, a alma do povo brasileiro vivia a alegria, a felicidade do fim da ditadura, do início da democracia, mas vivia a dor e o sentimento da doença do Presidente.

Vinte anos depois, olhando para trás, creio que a nossa geração fez a sua parte. A nossa geração, que lutou contra o regime militar, que terminou com o regime militar, que assumiu com o Dr. Sarney, teve um papel importante na história do Brasil.

Hoje, tanto tempo passado, podemos dizer: a democracia está consolidada, sim. Vivemos um regime de plenitude democrática, sim. Mas somos obrigados a reconhecer que nós, da nossa geração, cumprimos a missão de entregar o Brasil livre, democrático, sem derramamento de sangue em sua plenitude, mas até hoje temos a dívida do social. Até hoje, a nossa geração e o Brasil que aí está, e os homens que estão no Governo continuam com essa mesma dívida: a miséria, a fome, a dívida, as incompreensões, os graves equívocos que existem na sociedade brasileira.

Que hoje seja o dia em que possamos dizer, daqui para o futuro, os jovens que estão aí, tão apaixonados com a vitória retumbante que tiveram, e tão preocupados em acertar a escolha dos Ministros para os cargos – cada vez mais numerosos – espero que eles consigam realmente, como prometeram, levar ao povo brasileiro, que já tem liberdade, mas que não tem pão e que não tem justiça, aquilo de que ele precisa. (Palmas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Exm^o Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros; Exm^o Sr. Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, na pessoa de quem quero saudar os demais Ministros do Supremo e de Tribunais Superiores aqui presentes; Exm^o Sr. Governador Aécio Neves, que nesta cerimônia representa a família do ex-Presidente Tancredo Neves; Ministro Aldo Rebelo; Srs. Membros da Mesa; Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados; Ministros de Estado do Governo José Sarney; autoridades; minhas senhoras e meus senhores, buscar sempre, entre o que nos separa, aquilo que nos pode unir parece constituir o grande objetivo da Política, porque se queremos viver juntos na divergência, princípio vital da democracia, estamos fadados a nos entender.

Impõe-se assim acreditar na força das idéias, compreender que a política não pode ser o meio da conservação, mas de transformação, e que a firmeza das convicções não deve ser empecilho para o entendimento capaz de transformar o poder em instrumento de justiça, igualdade e paz social.

Faço tais observações por considerar que episódios significativos incorporados à história brotaram de provisão da capacidade de homens públicos de anteciparem-se às crises e, de modo sintônico, resolvê-las em consonância com as aspirações nacionais. Fazer memória desses fatos que se transformaram em datas paradigmáticas serve de pedagogia cívica e ajuda a iluminar o futuro, que se nutre daquilo que passou. Os vinte anos da Nova República permitem lembrar que o Evangelho da conciliação começou a ser escrito nas Gerais, berço de Tancredo Neves, cuja vida e morte nos torna coetâneos do mais amplo e denso movimento de redemocratização de toda a vida republicana.

É oportuno recordar a inclinação do homem das alterosas ao bom senso, como afirmou Alceu Amoroso Lima, “...o mineiro não é, nem da razão pura, nem da paixão pura... A ordem, para ele é uma manifestação da própria vida... em seu equilíbrio profundo, em sua compensação das partes, em sua oscilação entre extremos”.

Nessa direção, acrescentou Mestre Gilberto Freyre: “No assunto todo mineiro típico é vigário... a quem nenhum outro brasileiro deve ter a pretensão de ensinar o padre nosso da relatividade. Relatividade política. Relatividade social. Mineiridade”.

Vale anotar a coincidência de refletirmos sobre as duas décadas da Nova República idealizada por Tancredo Neves e efetivada por José Sarney, no mesmo instante em que transcorrem os 150 anos do Gabinete de Conciliação, articulado e presidido por notável pró-homem das Minas Gerais, estadista que o Presidente Tancredo Neves muito admirava e revelara, se tempo houvesse, a intenção de biografar-lhe.

Pena que a obra do Marquês de Paraná, cujo Gabinete tanto contribuiu para a estabilidade política do Segundo Reinado, por meio de pacto entre os partidos do Império, não se concluísse, interrompida em virtude de seu súbito desaparecimento nos idos de 1856.

Conquanto sejam obviamente distintos a moldura das circunstâncias e o tempo histórico, o “Gabinete de Conciliação” e a “Nova República” são movimentos que se parecem teleologicamente: congregar a Nação em torno de idéias, sem exigir das agremiações partidárias renúncia a seus princípios, visando a aperfeiçoar as instituições e construir uma sociedade compatível com as exigências do desenvolvimento e da justiça social.

A Nova República foi fruto de amplo acordo aberto aos partidos políticos e à sociedade civil, tendo como núcleo o PMDB e a Frente Liberal, assim cognominada

a dissidência do PDS. O documento constitutivo desse pacto intitulado “Compromisso com a Nação” estabelecia, ao lado de preceitos doutrinários, objetivos programáticos essenciais para que o Brasil se reinserisse no Estado Democrático de Direito, promovesse o encontro entre o governo e a sociedade, através de adoção de medidas também no campo social, cultural e econômico.

Estava igualmente presente a convicção de que “só a coesão nacional, em torno de valores comuns e permanentes, pode garantir a soberania do País, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social”.

Para tal era indispensável concluir, sem ressentimento, o processo de transição para a democracia, com o término do regime militar.

O percurso, é oportuno recordar, havia sido encurtado com a promulgação da Emenda Constitucional nº 11, de 1978, resultado da chamada “Missão Petrônio Portella”, que autorizara a revogação dos Atos Institucionais e Complementares, garantira a anistia, restabelecera as condições para a pluralidade partidária e assegurava o livre funcionamento dos sindicatos, entre outros dispositivos contendo inequívocos avanços político-institucionais.

É tempo de relembrar o destemor, a lucidez e, como diria Machado de Assis, o “instinto de nacionalidade”, que caracterizou os integrantes da Aliança Democrática e o apoio recebido, através de lúdimas instituições – a ABI, a CNBB, a OAB, a SBPC, a Imprensa, as universidades, os sindicatos, entre outras organizações da sociedade civil.

A Frente Liberal, assim batizada pela Imprensa, foi um movimento desencadeado pelos que divergiram da direção do PDS para evitar a imposição de candidatura à Presidência da República, que não resultasse de consulta prévia às bases do Partido e fosse representativa do sentimento de abertura política que pervadira o País. Assim, nasceu o Partido da Frente Liberal, cujo Presidente de Honra foi Aureliano Chaves, então Vice-Presidente da República.

Bem se vê, que o PFL, hoje competentemente presidido pelo Senador Jorge Bornhausen, brotou de um movimento histórico que tornou possível, no Colégio Eleitoral, reunido pela última vez em 15 de janeiro de 1985, a vitória da Aliança Democrática com a chapa Tancredo Neves e José Sarney. No Manifesto de criação do Partido, que comemora também 20 anos, seus signatários proclamavam:

A hora da reconstrução da democracia deve ser a hora do reencontro e da conciliação indispensáveis à solução das graves dificuldades que nos afligem. Não há por que reviver antagonismos que as novas realidades se incumbiram de superar.

O que é preciso, agora, é corresponder à confiança e à poderosa corrente de esperança que a abertura política reacendeu neste País.

Esta sessão resgata a memória de evento inaugural de uma nova era em nosso País e que tem como referencial a eleição de Tancredo Neves para conduzir as mudanças que o povo brasileiro desesperançado reclamava. A brusca enfermidade que vitimou o Presidente Tancredo Neves e o impossibilitou de assumir a Presidência da República traumatizou a Nação e parecia toldar os horizontes do País.

A morte, contudo, ensinou Rui Barbosa, *“não divorcia: aproxima”*. Se é verdade que o falecimento de Tancredo Neves causou enorme comoção, deixou, todavia, um exemplo a nos inspirar e um programa a cumprir.

É de realçar, por dever de justiça, a exemplaridade de gestos e ações de seu companheiro de jornada Senador José Sarney.

Investido na suprema Magistratura do País, o então Vice-Presidente transformou o *“Compromisso com a Nação”* na bíblia do Governo, adaptando o texto às mudanças do contexto e enfrentando, sem pompa, as circunstâncias.

Empossado no cargo pelo Congresso Nacional, sua primeira atitude foi referendar o Ministério que Tancredo escolhera e recomendar-lhe o pleno cumprimento de todas as diretrizes que Tancredo deixara fixadas, sem que, *“nem uma só letra ou vírgula sejam tiradas sem que tudo se cumpra”*, segundo prescreve o evangelista Mateus.

Cito, pela sua relevância, parágrafos do ideário legado por Tancredo, transformado em ação do governo Sarney:

Juntos assumimos hoje, perante a Nação, o solene compromisso com a democracia e a justiça. Juntos nos comprometemos a pautar-nos pela seriedade na administração da coisa pública, pela devoção no serviço do País, pelo respeito ao cidadão e pela firme determinação de preservar um povo que é digno e austero.

E mais adiante:

Se não bastasse o imperativo ético, não faltaria uma razão política maior a ditar essa postura. É que estou convencido de que a austeridade no Governo será fator decisivo para o êxito do grande projeto de transição para o regime constitucional democrático, um dos mais importantes capítulos da carta-compromisso da Aliança Democrática.

E dizia finalmente Tancredo:

Conclamo o povo brasileiro a continuar a prestar-nos seu apoio nessa difícil missão. Que cada cidadão oriente suas ações no sentido de atingirmos, na paz social e na concórdia, os altos objetivos que juntamente nos fixamos em praça pública, ao longo de nossa memorável campanha cívica pela democracia. ...Que cada brasileiro, enfim, dê o melhor de si no exercício da responsabilidade intransferível de, com seu esforço consciente, plasmar para si e para os seus filhos o futuro deste País.

Dentre os objetivos fundamentais impõe-se sobrelevar a convocação da Constituinte, através de Mensagem do Presidente José Sarney ao Congresso Nacional, de que resultou a Carta de outubro de 1988, que Ulysses Guimarães chamou de *“Constituição Cidadã”*. Com ela, encerramos um longo, todavia exitoso, processo que assegurou ao País viver sob um autêntico Estado Democrático de Direito, restaurando ou – perdoem-me a hipérbole – instaurando, sob os auspícios da Sexta República, uma verdadeira democracia em nosso País.

A nossa transição para a democracia – ousa afirmar sem receio de contestação – foi, na segunda metade do século XX, tanto em extensão quanto em densidade, a mais bem-sucedida, mesmo se comparada com a da Espanha, cujos cânones foram fixados nos *“Pactos de Moncloa”*.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades, minhas senhoras e meus senhores, ensina a filosofia, não desacompanhada da sociologia e da história, que ao desatar o nó da democracia novas demandas emergem com intensidade e não há outra resposta senão aprofundar, em sua essencialidade, o exercício da democracia. Enfim, os problemas da democracia exigem mais democracia.

Daí insistir na necessidade de conferir, na semântica dos novos tempos, urgência às reformas institucionais, cuja inadiabilidade está cada vez mais visível.

Seus enunciados, aliás, estão presentes no pacto fundador da Aliança Democrática, ao preconizar:

– É urgente a necessidade de proceder-se à reorganização institucional do País.

– É dever do Estado erradicar a miséria que afronta a dignidade nacional, assegurar a igualdade de oportunidades, propiciar melhor distribuição da renda e da riqueza, proporcionar o reencontro com os valores da nacionalidade.

Para esse fim, entre outros de seus objetivos, explicitava o pacto fundador da Aliança Democrática:

– Fortalecimento da Federação e efetiva autonomia política e financeira dos Estados e Municípios;

– Reforma tributária, como instrumento básico de realização dos objetivos de política social e econômica. Correção das desigualdades regionais e pessoais de renda;

– Desconcentração do Poder e descentralização do processo decisório. Desburocratização.

Precisamos, depois de consolidada entre nós a democracia, enquanto processo, fertilizá-la substancialmente com os instrumentos da governabilidade. É indispensável mudar o sistema eleitoral para que o voto deixe de ser “fulanizado”; vertebrar verdadeiros partidos enquanto canais de interlocução entre a sociedade e o Estado; aperfeiçoar o sistema de governo para melhorar o desempenho dos Poderes e seu relacionamento no modelo presidencialista que praticamos; redesenhar o Estado Federal para compatibilizá-lo com as exigências de descentralização, e, finalmente, revigorar as instituições republicanas, isto é, “*republicanizar a República*”, para eliminar a incerteza jurídica e assegurar a todos plena cidadania.

Tais medidas teriam enorme efeito não só no sistema político, mas igualmente na vida cultural, social e econômica do País e sua plena inserção na comunidade internacional.

MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL QUE INTEGRARAM A FRENTE LIBERAL

Aécio Cunha, Deputado; Alcení Guerra, Deputado; Álvaro Valle, Deputado; Antônio Dias, Deputado; Augusto Trein, Deputado; Carlos Eloy, Deputado; Cristovam Chiaradia, Deputado; Emílio Gallo, Deputado; Evaldo Amaral, Deputado; Fabiano Braga Cortes, Deputado; Fernando Bastos, Deputado; Francisco Benjamin, Deputado; Francisco Erse, Deputado; Guilherme Palmeira, Senador; Herbert Levy, Deputado; Humberto Souto, Deputado; Inocêncio Oliveira, Deputado; Israel Pinheiro Filho, Deputado; Jairo Magalhães, Deputado; Jayme Santana, Deputado; João Alberto de Souza, Deputado; João Calmon, Senador; Jorge Bornhausen, Senador; José Carlos Fagundes, Deputado; José Jorge, Deputado; José Lourenço, Deputado; José Machado, Deputado; José Moura, Deputado; José Sarney, Senador; José Thomaz Nonô, Deputado; Luiz Cavalcante, Senador; Marco Maciel, Senador; Mário Assad, Deputado; Maurício Campos, Deputado; Navarro Vieira Filho, Deputado; Norton Macedo, Deputado; Oscar Dias Corrêa Júnior, Deputado; Paulino Cícero de Vasconcelos, Deputado; Paulo Lustosa, Deputado; Paulo Melro, Deputado; Pedro Colin, Deputado; Reynold Stephanes, Deputado; Rui Bacelar, Deputado; Sarney Filho, Deputado; Saulo Queiroz, Deputado; Stélio Dias, Deputado; Tarcísio Burity, Deputado; Wolney Siqueira, Deputado.

Essa deve ser, como anunciou o Presidente Renan Calheiros, a nossa prioridade.

Há, malgrado continuados e expressivos avanços, ainda um largo território a percorrer. A esfinge nos acicata: agora ou quando? Se não nós, quem?

Sr. Presidente, a memória serve para cultivar o passado que continua a se mover, ajuda a sinalizar o futuro e nos leva a refletir sobre os valores em que se assentam os fundamentos da nacionalidade: a paz, a igualdade, a justiça, a solidariedade, a democracia e, sobretudo, a liberdade.

Pois, “a liberdade é – como dizia Dom Quixote a Sancho Pança – um dos dons mais preciosos que aos homens deram os céus”.

Solicito, Sr. Presidente, a anexação a este pronunciamento da relação nominal de membros do Congresso Nacional que integram a Frente Liberal.

Muito obrigado. (Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

Membros do Congresso Nacional que integraram a Frente Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder da Bancada do PSDB no Senado Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente; Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Ministro Aldo Rebelo, digno, extremamente digno representante do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Administração e nesta hora; Governador Aécio Neves, que tem toda uma trajetória pessoal, todo um futuro pela frente e é neto da liberdade e da democracia; Senador Tião Viana; Senador João Alberto; prezado amigo, Senador Renan Calheiros; Sr^{as} e Srs. Parlamentares; Sr^{as} e Srs. ex-Ministros e Ministros; senhoras e senhores que entendem, até pelo comparecimento físico, esta hora tão significativa e, por todos os títulos, tocante para todos nós.

Dizia há pouco ao Líder Custódio Mattos que, não importando quantos discursos eu tenha feito ao longo da minha vida, este eu o encarava de maneira diferente: um certo frio na mão, um certo frio na espinha, uma lembrança boa da luta e da capacidade de resistir, uma lembrança dura de momentos obscuros, de momentos obscurantistas da história recente do País. Eu olhava para o Senador Pedro Simon, via em S. Ex^a a figura do resistente que me estimulava em minha trincheira, que era a luta estudantil, a fazer o mesmo. Eu olhava o Senador Antonio Carlos Magalhães e seus gestos tão relevantes de golpe de morte no esgar do autoritarismo, representado àquela época pelo Ministro da Aeronáutica Délio Jardim de Mattos. Eu ouvia o Senador Marco Maciel, figura essencial na rotura no interior do PDS, viabilizando que a Emenda Dante de Oliveira não tivesse perecido por ela mesma, até porque havia respaldo claro para, indo ao Colégio Eleitoral, obter-se o desmanche do próprio colégio eleitoral e já não o gesto simbólico de uma anticandidatura que prepararia a vitória para um futuro que não se sabe quando viria.

Sou de uma geração que, durante anos, se enganava tentando analisar, e analisava de maneira canhestra a economia mundial, imaginando que viria uma crise, e que essa crise repercutiria no Brasil de tal forma que a ditadura militar se desmancharia nos próximos momentos. E o tempo passava, a crise internacional não vinha... Ao contrário, até houve o fenômeno do milagre brasileiro, que era milagre para alguns potentados e era a tortura, o opróbrio para milhões e milhões de brasileiros deserdados. A frustração crescia, e crescia também o nosso desejo de enfrentar uma ordem que não servia para o Brasil.

Sou da geração que abriu seus olhos para a vida pública com a ditadura instalada e chegou ao ápice de seu inconformismo com os eventos de 1968; que varreram o mundo, respeitando as características de cada País. Na França, lá se queria mais; lá se tinha democracia. No Brasil, se queria o fim da tortura; no Brasil, se queria a anistia, a liberdade, o direito mínimo e básico de construir uma ordem que pudesse, a partir de seus fundamentos jurídicos, tentar estabelecer um regime de justiça social para os brasileiros.

Aqui disse muito bem o Senador Marco Maciel que não há regime melhor do que a democracia mesmo. Se há corrupção na democracia, a ditadura é a própria cara da corrupção. A ditadura é feita para mascarar a corrupção. Se há desmando administrativo na democracia, é muito mais fácil apontá-lo e corrigi-lo, porque a ditadura é feita exatamente para propiciar desmandos administrativos. Se há infelicidade, e muita infelicidade social na democracia, a ditadura é responsável pelo agravamento de todas as mazelas deste País.

Sou daquela geração que foi abrindo os olhos para a vida pública sob o comando de Ulysses Guimarães. Tenho uma admiração imensa, que perdurou pelos tempos, por esta figura absolutamente singular do promotor público, vereador, Deputado Federal, Senador, Governador de Minas e Presidente eleito, e não empossado, Tancredo Neves. O Presidente Tancredo Neves é o retrato da lealdade e da coragem serena. Afinal de contas, é dele a caneta da carta que seria de renúncia e virou a carta-testamento de Getúlio Vargas.

Tancredo Neves foi figura fundamental na luta pela posse e estabilidade dentro do Governo Juscelino Kubitschek. Tancredo Neves foi figura essencial para se garantir a posse de João Goulart e foi ele quem minutou e redigiu a carta de resistência de João Goulart, quando se deslocou de Brasília ao Rio Grande do Sul para tentar, ao lado de Leonel Brizola, encontrar forças para impedir que se implantasse aquela coisa hedionda: o Golpe Militar de 64.

Tancredo Neves, para mim, era exemplo do homem que não tinha arroubos, mas tinha coragem e, tendo coragem, tinha, ao mesmo tempo, muita lucidez. Essa junção de coragem e lucidez fez dele – após não o malogro, mas a insuficiência de votos, que não era insuficiência de gente nas praças públicas em relação à Emenda Dante de Oliveira – o candidato natural dentro do Colégio Eleitoral, na eleição que não seria a anticandidatura de Ulysses, brilhante, com Barbosa Lima Sobrinho, nem anti-candidatura de Euler Bentes Monteiro, valente, destemida, mas sim uma candidatura de verdade, que se reuniria no Colégio Eleitoral para que o Colégio Eleitoral nunca mais se reunisse ele próprio para ditar descaminhos para o Brasil.

Quando vimos na Frente Liberal a possibilidade, que nasceu do patriotismo de um Jorge Bornhausen, de um Marco Maciel, de um Antonio Carlos, de um José Sarney, vimos ali a possibilidade muito clara de, pela pressão da opinião pública e pela contagem de votos, chegarmos ao processo de transição democrática pela via que não era a ideal, que não era a desejável, mas, ainda assim, a via necessária e, não há dúvida, a via bonita da eleição indireta para, por fim, a eleição direta neste País.

Devo dizer que a morte do Dr. Tancredo Neves me chocou profundamente. Chocou o Brasil profundamente. E o Presidente José Sarney se portou, durante todo o período da implantação de seu governo, com uma discrição e uma lealdade a Tancredo que significava, àquela altura, a lealdade à Nação, porque Tancredo significava basicamente, ele próprio, a Nação e suas aspirações.

E aquele Governo já me pega como Deputado Federal. Saído eu do enfrentamento, na condição de Deputado, ao regime militar, de repente me pilhei Deputado da base do Governo do Presidente Sarney e me pilhei no começo me sentindo estranho, mas sentindo que era meu dever, sim, defender aquela transição com unhas e dentes, até porque tudo o que não se queria era que se retornasse aos quadros de uma ditadura ou aos quadros de uma instabilidade política, que não teria vez no Brasil, a menos que se desse vez também à eternização dos problemas graves que seriam maiores com a ditadura, e são graves mas são menores com a democracia.

Numa hora em que venho dar este depoimento, que é o meu depoimento, dizia que cada um aqui dá a sua visão da história tal como a viveu, tal como a viu. Falo de uma figura, Sr. Presidente, que por mim condenável pelos seus métodos, deplorável pelos seus gestos, mas para mim essencial até ela, para que tivesse dado certo o processo de transição democrática. Refiro-me ao Sr. Paulo Salim Maluf. Se o Sr. Paulo Salim Maluf tivesse ele próprio desistido da eleição indireta, tão assim se sentisse ele derrotado na eleição indireta, não sei se não teria havido ali algum pretexto para algo que atrasasse um pouco mais a eclosão daquele movimento bonito, que era a transição democrática. Até ele colaborou. E devo dizer que talvez tenha sido esse – não sei se o último, espero que quem sabe o último – o primeiro elogio público que faço ao Sr. Paulo Salim Maluf, que foi importante, sim, naquele momento.

Foi importante Andreazza enfrentá-lo. Foi importante ele não ter desistido. Foi importante tudo aquilo que significou. A praça pública pressionando o Congresso. A praça pública emulada pelo desejo da eleição direta. A praça pública querendo, no lugar da eleição

direta, aquilo que era possível, e era possível Tancredo. Era possível, sim, termos a garantia da Constituinte. Era possível ampliarmos os limites da anistia. Era possível resgatarmos, por inteiro e de uma vez por todas, os valores democráticos que nunca se haviam antes consolidado para valer neste País.

Sociedade de raiz escravocrata, sociedade injusta, sociedade autoritária. O Brasil, sem perder todos os seus defeitos, pôde realçar suas qualidades. O Brasil, hoje com 180 milhões de habitantes, é inegavelmente uma democracia grande. Mas o Brasil, pela solidez de suas instituições, Ministro Sepúlveda Pertence, é uma grande democracia, sem dúvida alguma.

O Brasil é uma democracia grande. É uma grande democracia. O Brasil é um País que tem hoje uma história muito bonita a contar. É o terceiro país do mundo quando se pensa no funcionamento contínuo de seu Poder Legislativo, cerceado na ditadura, duas vezes fechado por pouco tempo, hoje pujante, como funciona de maneira pujante e equilibrada a sua Justiça, como funciona de maneira, sem dúvida alguma, dentro da lei, o seu Executivo.

Posso dizer que, se não vi resolvidos os problemas essenciais do meu povo, da minha gente, tenho certeza absoluta de que escolhemos todos, em conjunto, o melhor caminho para equacionar esses problemas, para vencê-los, no momento em que as condições históricas nacionais e de fora para dentro nos propiciem dar mais passos. Mas o opróbrio da ditadura já não existe. A tortura, que precisa ser banida completamente das delegacias policiais, deixou de existir como padrão de diálogo político – a tortura, a violência, o cerceamento à atividade parlamentar.

Hoje, Ministro Aldo Rebelo, posso dizer que tenho orgulho de ser adversário de V. Ex^a. Fui, com muita honra para mim, seu companheiro de jornada nas lutas por democracia.

Hoje, Senador Renan Calheiros, posso dizer ao Ministro Aldo Rebelo que é a coisa mais normal do mundo, para mim e para ele, sermos adversários; é a coisa mais normal, mais natural e mais honrosa para mim poder ser adversário de S. Ex^a, pela frente, de maneira frontal, clara. O combate tem que ser trabalhado sem artimanha, sem subterfúgio, de maneira frontal.

Tempos atrás, éramos obrigados a estar juntos. Tínhamos que ficar juntos, ainda que tendo visões econômicas diferentes do mundo. A ditadura nos obrigava a estar juntos.

Presidente Sarney, na minha terra, no Amazonas, existem duas etnias indígenas inimigas entre si: os waimiris e atroaris. A história marca uma luta brutal entre eles no passado. A hidrelétrica de Balbina foi uma violência da ditadura militar e seus tecnocratas contra

aquela gente, no modo como foi feita. Os waimiris hoje são conhecidos por quem não é do Amazonas como uma etnia só. A luta os uniu, a opressão os uniu, e eles viraram, Ministro Fernando Lyra, os waimiris-atroaris. Poucos sabem que os waimiris eram tradicionais e seculares adversários dos atroaris.

A ditadura uniu a nós todos; uniu todos que não queriam ceder mais espaço a ela e suas conseqüências. Estávamos juntos. Momentos bonitos. Momentos que significavam ter que encontrar os pontos que nos aproximavam. E, agora, na democracia, podemos muito bem divergir em pontos que são os pontos da nossa divergência. O Brasil, portanto, não andou para trás.

Presidente José Sarney, emocionei-me muito, quando V. Ex^a recebeu Giocondo Dias e João Amazonas no Palácio do Planalto: achava que não veria aquilo com tanta facilidade. Fui Líder e Ministro do Governo passado, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e me emocionou muito, emocionou-me sobremaneira perceber que era possível alargar ainda mais os limites da anistia e ver a anistia **post mortem** a duas figuras das quais eu discordava pelos métodos com que queriam enfrentar a ditadura – eu o queria pela mobilização popular, e eles, pelo apego às armas. Refiro-me a Carlos Marighella e a Carlos Lamarca. E nunca pensei, General Leônidas Pires, que fosse possível anistiar Carlos Lamarca neste País, sem nenhum pronunciamento militar. O Brasil estava tão maduro para a democracia, que dava para se mexer numa ferida tão recente, tão aguda, sem nenhum abalo institucional no País.

Foi sem abalo que se colocou fora do Palácio do Planalto um governante, um Presidente da República eleito pelo voto popular. É sem abalo que vamos fazendo as transformações. Foi sem abalo que vimos o Ministro da Defesa poder ser militar, mas poder ser civil novamente, sem nenhum queixume por parte das Forças Armadas, elas próprias integradas a essa democracia que haverá de ser – ela, sim – o instrumento único, melhor e verdadeiro para encontrarmos as saídas para as dificuldades sociais e econômicas da nossa gente.

Sr. Presidente, quando nos deparávamos com aquela opção entre eleição direta e eleição indireta – eleição direta e não-eleição direta –, a maioria ficou a favor da emenda do ilustre Deputado Dante de Oliveira. Faltaram oito votos, Senador Pedro Simon. Não sei se a emenda foi derrotada. Formalmente, sim, mas deixou um rescaldo tão forte na opinião pública, que, sinceramente, creio que a idéia do jovem Deputado de então foi tão feliz, que deu a todos nós o instrumento de que precisávamos para levar o povo às ruas, para desfecharmos o golpe de morte na ditadura militar.

Logo em seguida, houve uma luta interna dentro do meu Partido de então, que era o PMDB, a frente que tradicionalmente congregava todos aqueles – todos aqueles, não; já havia o PT, Partido honrado e valoroso, e o PDT – que não se conformavam com a ditadura que se implantara e que não queriam deixar este País. E, logo após a não-aprovação da Emenda Dante de Oliveira, surgiu uma dúvida. Companheiros valorosos, valiosos, corretos diziam: vamos fundar o grupo Só-Diretas e exigir que se faça a transformação apenas pela via das eleições diretas.

Eu, àquela altura, já dizia para mim mesmo: vou fazer o que estiver ao meu alcance. Era eleição direta, porque podia ser, mas meu coração, meu íntimo, o que eu tivesse de sensibilidade me dizia: é preciso agora irmos pela eleição direta mesmo; é preciso agora irmos para o colégio eleitoral. E, um dia, num debate na Câmara, um companheiro, querido amigo, que já nos deixou, Deputado Amaral Neto, dizia-me: mas seus companheiros de luta, todos, Deputado Arthur Virgílio, estão com a eleição direta, estão no grupo Só-Diretas; seus companheiros todos não estão aceitando essa ida ao colégio eleitoral. O que houve com V. Ex^a? E eu disse: Deputado Amaral Neto, tenho por V. Ex^a um carinho que se repete em relação a poucas pessoas na Casa, mas, se eu tinha alguma dúvida, V. Ex^a acabou de tirá-la completamente, hoje; tenho absoluta convicção de que devo ir ao colégio eleitoral sim, para dissolver a ditadura, o regime de forças e dar oportunidade aos brasileiros de encontrar o seu caminho pela via mais justa e adequada, que é a da consulta ao povo e da punição que se possa infligir a quem se afaste do rumo por ele traçado.

Democracia se aprende, votando. O voto politiza e ensina. E o povo brasileiro vota cada vez melhor e votará de maneira cada vez mais perfeita. O povo brasileiro será cada vez mais inflexível e mais justo – ele, que é tão intuitivo e que construiu uma Nação com tanto valor e com tanta coragem.

Não quero, não desejo e não vou disfarçar o estado de absoluta emoção que me toma conta neste momento, porque, afinal de contas, não se trata de um gesto formal. Trata-se, Presidente Renan Calheiros – parabênzo V. Ex^a pela iniciativa tão brilhante –, trata-se, Governador Aécio Neves, de estarmos aqui, neste momento, compreendendo algo que é próprio das democracias maduras. Estamos aqui aprendendo a respeitar as nossas datas.

Esta é uma data sagrada, solene, que está acima de qualquer outro compromisso, porque mostra ao Brasil – mais do que a lembrança da ditadura que sofremos e da democracia que conquistamos – que temos o direi-

to e o dever de nunca mais permitirmos que a sombra ditatorial se abata sobre nossas cabeças.

Jamais a dificuldade e o autoritarismo! Ao contrário, a democracia, como solução, como meio, como instrumento fundamental e como único exercício que poderá levar-nos a conquistar uma sociedade justa para todos os brasileiros!

Por isso, a mão fria num orador tão calejado de falar todos os dias as suas mesmices; por isso o coração tão aquecido; por isso o friozinho na coluna; por isso a lembrança de cassações que sofreram – meu pai entre eles –, de prisões que sofremos – eu entre eles –, da desesperança que todos, em algum momento, padecemos – e todos nós entre eles –, da doença que fazia do torturador um doente torturado, porque torturava e do torturado um doente violentado, porque era torturado.

Este País hoje mostra maturidade, e o Congresso Nacional, pelo seu Senado, também. Hoje, temos absoluta certeza de que alguns valores devem ser resguardados, e, entre eles, Ministro Pimenta da Veiga, meu Presidente Eduardo Azeredo, está, sem dúvida, a definição clara de que, pelo seu Congresso, pelo seu Governo, pelo seu povo, pela sua gente, o Brasil é inapelavelmente democrático e fará da sua democracia o melhor caminho para construir uma sociedade justa, que honre um povo que lutou por liberdade e não pode abrir mão, em nenhum momento, de ter justiça social para ele, para os seus, para o seu futuro, porque, afinal de contas, o futuro que queremos é o futuro justo que a ditadura nos negava e que a democracia saberá ofertar ao nosso povo com a luta da nossa gente, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Bornhausen, Presidente Nacional do Partido da Frente Liberal.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim; Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves; Sr. Ministro Aldo Rebelo, Srs. Ministros de Estado e ex-Ministros; eminente Presidente, hoje homenageado, merecidamente, pela sua conduta impecável na condução do País à democracia, Senador José Sarney; Senadoras e Senadores, senhoras e senhores, vinte anos é pouco para quem acha efêmero tudo o que não tem a idade das pirâmides. Mas, às vezes, a realidade cria situações incontornáveis e obriga, até a esses céticos, a celebrar décadas como se fossem milênios.

Eu os relembro muito bem. Os homens de pouca fé de 1984, que nos viraram as costas quando, homens de boa vontade, apostamos na experiência e vocação política de Tancredo Neves e o adotamos como profeta e guia, líder e evangelista e o tornamos Presidente eleito de fato, plebiscitariamente, de um País em que era negado ao povo, constitucionalmente, a eleição direta para Presidente da República.

Não houve mágica nem ilusionismo, mas sim um prodígio popular. O povo brasileiro fundou a sua democracia na contramão do formalismo e da liturgia que lhe são inerentes. Poucas vezes no mundo a adesão autêntica da população substituiu a indispensável manifestação eleitoral e ungiu um Presidente da República como se tivesse ocorrido sufrágio universal.

O voto indireto que elegeu Tancredo teve a força de uma votação direta.

Vencemos.

Perderam os que não acreditavam que fosse possível fundar o regime democrático sem sangue, ódio e vingança.

Em 1985, este País realizou a mais fecunda e profunda virada na sua história. Antecipou em quinze anos a sua entrada para o século XXI e nos entregou ao futuro, onde hoje estamos, prontos para crescer, modernizar e implantar a plena cidadania, desarmar a valentia covarde dos totalitários, a insanidade dos revolucionários, tornando-nos, finalmente, o que merecemos ser: uma civilização.

Orgulho-me de ter sido um dos conspiradores pioneiros que, em 1984, acreditaram na Nova República e a viveram intensamente nestes 20 anos. Valeu a pena. Na verdade, ninguém percebeu o prodígio que se operava, já que é uma maldição que marca os profetas. Desde a Bíblia, eles semeiam o futuro, mas não conseguem perceber quando esse futuro se materializa. Faz parte da estrutura dramática do Velho Testamento essa maldição incompreensível. Os profetas não percebem o alcance dos prodígios de que são precursores.

Ninguém percebeu no dia 15 de março de 1985 a virada radical do tempo brasileiro, muito mais que o assinalado pelo calendário gregoriano. O século XXI para o Brasil e os brasileiros começou naquele dia. Foi um momento raro de ruptura, como o 7 de setembro de 1822, com a Independência; como o 15 de novembro de 1989, com a República; como o 29 de outubro de 1945, com a queda do Estado Novo.

O 15 de março de 1985 tornou-se uma das quatro datas fundamentais da nossa história – e Deus queira que seja a última –, assinalando a nossa entrada definitiva e irreversível no rumo da vocação do nosso País. O dia em que o Estado democrático foi irrever-

sivelmente estabelecido, assentando-se os alicerces sólidos da plena liberdade.

A vontade do povo brasileiro pôde experimentar, sem susto ou medo, quaisquer propostas e idéias políticas, partidos e líderes, sem os riscos das fragmentações e da irreversibilidade, do totalitarismo e da intolerância. Inoculou-se também o princípio sagrado da renovação periódica dos mandatos e nunca, nem ninguém, nem grupos, partidos ou pessoas se proclamaram tutor ou senhor, protetor paternal ou dominador violento do povo brasileiro. Nem fascistas, nem elitistas ou anarquistas, nem utopias ou ceticismos, não adianta o apelo das marcas de fantasia, este País não cederá às tentações totalitárias.

Tudo isso, porém, essa construção política de que hoje desfrutamos não passava de uma semente – uma esperança – jogada ao chão, adubada, irrigada, protegida dos predadores à esquerda e à direita, que agiam com a brutalidade e a grosseria de que somente são capazes os radicais.

A Nova República, que nem tinha esse nome nas conspirações que a desenvolveram, foi uma semente plantada com senso de oportunidade, astúcia política, competência, visão estratégica e uma associação humilde, dedicada, fraternal, verdadeiramente digna da condição humana, por cidadãos tão diferentes entre si como os dedos da mão e os rostos na multidão.

Teria que ser naquele momento. Antes teria sido abortado; depois teria degenerado. Teria de ser com Tancredo, maduro, experiente, cumulado de sabedoria, treinado pela história, desde a vereança em São João Del Rei, da constituinte estadual mineira de 1947, do choque federal de 1954, aos anos de ostracismo honrado sob o regime de 1964, até que finalmente, quando foi a hora, assumiu seu papel de principal protagonista. Primeiro, como Governador de Minas, quando desarmou temores, confirmou sua capacidade de conciliador, inspirou a confiança geral e mostrou coragem. Sim, porque o ingrediente essencial de 15 de março de 1985 foi a coragem. Não nos esqueçamos do arrebanho desvairado do atentado do Riocentro, nem da tentativa de assalto popular ao Palácio dos Bandeirantes. Naquele momento, a grande federação das oposições que conseguira galvanizar eleitoralmente o País a partir de 1974, tendo à frente Ulysses Guimarães, Presidente do PMDB, Leonel Brizola, Governador do Rio de Janeiro, Franco Montoro, Governador de São Paulo, Pedro Simon, Senador, Afonso Camargo, Deputado, e o próprio Tancredo, tinha que escolher entre dois caminhos: o de promover um confronto com um desfecho imprevisível ou procurar uma saída pacífica, mas que implicava em reserva de paciência, firmeza, coragem e principalmente humildade.

Fizeram a segunda opção. Graças a Deus. A Campanha das Diretas Já! – a um só tempo com inspiração de bastidores e movimento de rua – tornou-se o estuário de todas as águas. Afluentes à esquerda e à direita foram-se jogando, confiantes e esperançosos. Nem a derrota arrefeceu o projeto ou desestimulou a conspiração.

Naquele 25 de abril de 1984, fiz minha declaração de voto a favor das Diretas Já. Mas não foi a Câmara que deu a possibilidade de votarmos no Senado. A redemocratização, naquele momento, ainda era um projeto pirandelliano: uma aspiração nacional à procura de um líder.

Não precisei esperar muito. Menos de dois meses depois, no dia 11 de junho de 1984, tive a oportunidade de praticar um gesto pessoal decisivo. Seguindo um *script* de rebeldia e denúncia, e acompanhando igual comportamento do Senador e eminente amigo José Sarney, renunciei à presidência do PDS, que havia recebido de suas mãos poucos dias antes.

Não estava só.

Nosso grupo, liderado por Marco Maciel, extraordinário estrategista; Aureliano Chaves Vice-Presidente da República; Guilherme Palmeira, Senador; José Sarney, Senador, e eu, foi o núcleo da Frente Liberal que se transformou no valoroso e atual PFL.

O certo é que, naquele mesmo 11 de junho, horas depois, o Deputado Ulysses Guimarães me procurou e entrei de corpo e alma na conspiração da qual não me apartei nunca mais, porque a Nova República não foi um momento fugidio.

É um compromisso com a democracia que jamais se esgotará, que nos ungiu a todos e nos desafia a cada dia a testemunhá-lo, pelos que já morreram e pelas gerações que virão.

O destino colocou em nossas mãos, no grupo que formou a Frente Liberal, a oportunidade de fornecer o complemento que evitaria a ocorrência, no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, da falta dos votos que impediram a aprovação das Diretas Já em abril de 1984.

Começaram então seis meses frenéticos, inesquecíveis, indormidos, da montagem da grande estrutura política da Nova República, que implicava não apenas amear adesões, mas construir um modelo político que fosse realmente democrático, nem revanchista nem revolucionário, capaz de abrigar e reconhecer todas as ideologias.

Pedra sobre pedra, construímos a maioria no Colégio Eleitoral; pedra sobre pedra, agregamos os grupos mais rebeldes e ariscos, muitos vindos das guerrilhas e vinculados a organizações internacionais; pedra sobre pedra, montamos as regras que permitiram

aos militares voltarem-se às suas tarefas de defesa e segurança nacionais, esquecendo-se definitivamente de que haviam atravessado o Rubicão.

Digo nós, porque Tancredo – que, ao se tornar candidato à Presidência tornou-se o fiador do projeto e seu negociador final – fez questão de partilhar com todos os grupos que lhe davam suporte as intenções e significados dos acordos e as composições que fazia.

A arquitetura da Nova República seguiu linhas de profunda sabedoria. Regra nº 1. Não excluiu ninguém.

Nunca, neste País, um movimento político assumiu tão claramente tal abrangência e de forma tão leal e sincera. Tancredo ouviu a todos e deu-lhes garantia. Nunca, neste País – e desconfio que em poucas consertações políticas no mundo – houve tanta tolerância sincera, tanta confiança na democracia, tanta disponibilidade, tanta honestidade de propósitos, tanta coragem para discordar e compor, como naqueles dias que antecederam a eleição de Tancredo para Presidente da República.

O mesmo clima permaneceu até a data da posse que não houve e em que foi substituído dignamente pelo Vice-Presidente José Sarney, que honrou o espírito e os compromissos da Nova República com inteligência, paciência e obstinação.

A data que hoje celebramos, 20 anos depois, é o marco zero do vigente regime democrático brasileiro. Democracia é civilidade. Democracia não é opção, é destino dos povos que evoluem.

Cremos na cordialidade, na liberdade, na força da Justiça, na representação popular, no voto livre, na teoria econômica, no avanço da ciência, na força renovadora e criativa das artes e não sei em que outro regime político, a não ser na democracia, assim como ela está estabelecida no Brasil, tais valores humanos tenham mais e melhores condições de otimizar-se.

Sei que nos ameaçam inimigos terríveis: a corrupção, o carreirismo, o messianismo populista, o terrorismo internacional, a violência urbana, a demagogia, a incompetência e a inapetência administrativa. Para combatê-los contamos com antídotos e remédios da lei, como a alternância do poder, a capacidade de resistência popular e medidas extremas como o *impeachment*.

O PFL foi formado em 1985 pelas mesmas pessoas que, naqueles seis meses decisivos de 1984, foram parceiros da grande aventura de Tancredo Neves. Pois bem, é com a emoção de quem recorda, mas com a disposição de quem combate que evoco o espírito de 1985 como inspiração para o processo de refundação que ora desenvolvemos em nosso Partido.

Que a democracia, a liberdade, o avanço civilizatório, o espírito e a visão profética dos companheiros protagonistas de 1984 e 1985 não abandonem jamais este País.

Amém. (Palmas.)

O SR PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB — AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Delcídio Amaral, Líder do PT no Senado Federal.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, desde já parabenizando-o pela iniciativa, cumprimento todas as autoridades da Mesa, Ministro Nelson Jobim, Governador Aécio Neves, meu caro Ministro Aldo Rebelo, demais companheiros, Senadoras, Senadores, demais autoridades, meus companheiros de democracia, o 15 de março de 1985 estará gravado para sempre na história do Brasil. Encerrou-se naquele dia o ciclo dos generais que se sucediam no poder desde abril de 1964.

Tivemos uma curta interinidade quando Aureliano Chaves ocupou o cargo devido a um enfarte que levou o então Presidente João Figueiredo a operar-se nos Estados Unidos.

Mas foi só.

No dia 15 de março de 1985, pela primeira vez em 20 anos, um civil, o Senador José Sarney, chegava à Presidência da República.

As circunstâncias que levaram José Sarney ao poder foram dramáticas, todos sabemos. S. Ex^a teve pela frente desafios que assombrariam qualquer ser humano. O primeiro desafio: encerrar definitivamente o regime militar. E o segundo, e maior desafio, substituir um mito.

Tancredo Neves, candidato da Oposição, tornara-se Presidente da República pelo voto do Colégio Eleitoral. Foi o resultado de uma obra de engenharia política jamais realizada na história brasileira. Era também uma resposta do povo brasileiro à frustração provocada pela derrota, no Congresso Nacional, da campanha das Diretas Já, sem dúvida a maior mobilização política ocorrida no País em todos os tempos.

A notícia de que o Presidente recém-eleito estava doente – com apendicite, diziam – foi dramatizada pelas circunstâncias.

O País foi informado exatamente no dia 15 de março. A longa agonia do Presidente, prolongando-se por mais de um mês, lavou o Brasil num banho de lágrimas. Contribuiu, sem dúvida, para transformar Tancredo na esperança do nosso povo de conquistar, finalmente, a democracia, a liberdade e a justiça social. Enfim, tudo o que de melhor se espera de um bom governante.

O desafio maior de José Sarney não foi apenas substituir o mito, mas a expectativa criada em torno

do mito. E, diga-se, o Presidente Sarney cumpriu esse papel com rara coragem e competência. Assumir a Presidência, em si, já foi um desafio, dadas as circunstâncias. O fantasma do chamado retrocesso continuava rondando, dando voltas em torno do Poder.

Assim, o objetivo maior, aquele que José Sarney procurou com obstinação, em todos os momentos do seu governo, foi a consolidação da democracia. Para essa consolidação, o Presidente tinha que destampar a panela das pressões políticas.

Com ousadia, num gesto que muitos definiram como temerário, legalizou partidos políticos de esquerda, abriu as comportas para a liberdade sindical, introduziu o hábito da negociação patrão com empregados. Enfim, retirou o que podia ser retirado do chamado entulho autoritário.

Muitos se esquecem de que a “Constituição Cidadã”, a maior realização do Doutor Ulysses Guimarães, foi promulgada no Governo Sarney. E foi no Governo Sarney que um líder sindical, saído do chão da fábrica, Luiz Inácio da Silva – na época ainda não usava o “Lula da Silva” –, encontrou espaço e abertura política para disputar a Presidência da República.

É importante, no entanto, lembrar que o sol da liberdade não despontou no horizonte como um milagre no dia 15 de março de 1985. A volta aos hábitos democráticos exigiu uma longa caminhada, foi uma empreitada lenta e repleta de obstáculos e dificuldades.

Tivemos a luta armada e com ela a repugnante introdução da tortura como elemento de ação política. Tivemos vítimas fatais, assassinatos até hoje não explicados. Muitos brasileiros foram obrigados a exílios prolongados, como se não fôssemos cidadãos da mesma pátria. Tivemos as lutas no campo sindical, as memoráveis jornadas do estádio de Vila Euclides, no ABC Paulista, onde um novo partido de esquerda ganhava força e agregava substância. As aflições e as dores provocadas pela opressão e pela falta de liberdade atingiam a todos, indiscriminadamente, os que partiram para o exílio e nós, que aqui permanecemos.

Gostaria de terminar, senhoras e senhores, prestando uma homenagem aos que lutaram e acreditaram sem esmorecer, sem desanimar, na volta da tão desejada democracia.

Aqui mesmo, nesta Casa, devemos lembrar o trabalho de vários Senadores. Entre eles, teríamos obrigação de citar Teotônio Vilela, Paulo Brossard e outros da mesma estirpe.

(Palmas.)

Uma coincidência, Sr. Presidente. O Presidente do Senado, no dia 15 de março de 1985, era o meu conterrâneo, o corumbaense José Fragelli. Ainda no início do seu mandato, em 1983, o Senador José Fra-

gelli reuniu um grupo de catorze Senadores do partido oficial e foi a Belo Horizonte comunicar que o candidato a Presidente do grupo era o então Governador de Minas, Tancredo Neves, pela Oposição.

Peço licença – e sei que não me será negada – para reunir o que significou o trabalho desses Senadores e demais representantes da classe política numa única e singela referência ao Senador e depois Ministro da Justiça Petrônio Portella.

Como José Sarney, ele foi presidente do Senado entre 1977 e 1978. Ocupou, a partir de 1979, o Ministério da Justiça. Teria sido, talvez, não fosse a morte prematura no ano seguinte, a saída civil para o regime militar que se exauria a olhos vistos. Foi, de qualquer forma, o responsável pela anistia, um momento crucial no nosso processo. Sob o seu comando – um civil num governo povoado por generais –, a anistia foi aprovada em votação dramática por 206 votos a 201.

Uma outra coincidência, essa sim importante, mostra que, apesar de alguns congressistas votarem contra a anistia, havia, na classe política, vocações democráticas dispostas a sacrificar a própria vida por suas convicções.

Petrônio Portella morreu porque não podia faltar a um compromisso e viajou com um princípio de enfarte. Tancredo Neves escondeu talvez da própria família – e do Vice, José Sarney – as dores constantes que sinalizavam algo bem mais grave do que uma simples apendicite. Ele queria chegar até o dia da posse. Uma vez assegurada a posse, com todo o seu significado, o futuro estava ganho.

Infelizmente, Sr. Presidente, ainda não podemos comemorar a vitória da democracia com o entusiasmo que esse acontecimento merece. Avançamos muito. As dívidas com o passado estão pagas. Precisamos agora olhar o presente e trabalhar no resgate da nossa imensa dívida social. Milhões de brasileiros ainda aguardam a redemocratização.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecendo a inversão consentida pelos Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves Filho e João Capiberibe, concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney, que, a exemplo de Tancredo Neves, é grande homenageado nesta sessão solene. (Palmas.)

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim; Sr. Governador de Minas Gerais, Aécio Neves; Sr. Ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo; Sr. Vice-Presidente da Casa, Senador Tião Viana; Sr. Senador João Alberto; Sr. Senador representante da Paraíba, Efraim Moraes;

Sr^{as} e Srs. Senadores; Srs. Ministros de Estado; ilustres Ministros do meu governo que tiveram a bondade de aqui comparecer; auxiliares que, comigo, àquele tempo, trabalharam pelo nosso País; minhas senhoras e meus senhores – e, se a Casa me permite fazer uma reminiscência e matar saudades, já que estamos falando ao Brasil inteiro –, brasileiras e brasileiros, as datas redondas nos seduzem sempre a tentar marcar o tempo. É isso o que ocorre hoje, quando estamos aqui procurando marcar esse tempo de vinte anos da restauração democrática brasileira.

Ninguém governa o tempo em que governa. Há tempos em que a gente administra realidades simples; há tempos em que se administra escassez, ou fartura, a rotina do dia-a-dia, as crises que permanentemente têm os governos. Porém, há instantes em que a História se contorce juntamente com a tarefa de governar. Contorce-se de tal maneira que as decisões dos governantes podem se transformar em mudanças de rumo, podem se transformar em retrocessos.

Correspondeu justamente ao tempo em que exerci a Presidência da República um desses momentos da História, em que ela, poderosamente, se movimenta, exigindo dos homens públicos assumir posições que em geral não são chamados a assumir quanto administram tempos tranquilos.

Àquele tempo reproduzíamos no Brasil a velha tradição brasileira, em momentos em que a História se movia, de sabermos encontrar um terreno comum para que o País pudesse prosseguir na marcha em direção ao seu destino.

Não é fácil falar quando se é, de certo modo, um participante da própria História. Mas a História do Brasil é marcada justamente por aquele mesmo sentimento que nos uniu naquele momento difícil.

Recordo que, na Independência, não nos matamos entre portugueses que aqui estavam e brasileiros. Foram José Clemente Pereira, Gonçalves Ledo, José Bonifácio que começaram a conversar com o Imperador, de modo a que ele depois dissesse o “Fico”, comandasse a Independência, convocasse a Constituinte. Dessa forma, o Brasil se inaugurava não como os países de língua espanhola, separados por lutas sangrentas, formados em campos de batalha, que dividiram-se desde o tempo em que Bolívar pensou na Grã-Colômbia, mas como uma construção do poder político, síntese de todos os poderes.

No Brasil, conseguimos construir nossa História com um espírito de conciliação que nos une sempre nos momentos de dificuldades.

Enfrentamos a abdicação do Imperador, a maioria, o Ato Adicional, a questão da escravatura. Chegamos, finalmente, à República. Republicanos e

monarquistas unem-se para encontrar a saída para o País. Foi assim sempre, e isso explica a unidade nacional. O Brasil só é esse continente, só se manteve unido, porque os homens públicos brasileiros – essa construção política do Brasil – souberam manter o País na sua integridade.

Esse espírito é sempre encarnado por um homem. Naquele momento, a História tinha preparado para colocar todo esse peso da tradição brasileira num homem que se chamava Tancredo Neves. Tancredo mesmo dizia: “Eu sou um conciliador.” Essa era a sua essência. É por isso que ele falava muito em Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, que tinha sido do Ministério da Conciliação. E, até para fazer uma pequena restrição, dizia: “Só não transijo com os princípios.” Era quase aquilo que Ghandi dizia, quando falava dos pecados do mundo: não há penitência sem dor e não há política sem princípios.

O centro da ação política de Tancredo Neves, sua característica maior, residiu no espírito de conciliação. Conciliar é admitir que não somos donos da verdade, e que nossas idéias podem conviver com outras idéias. É o campo da pluralidade, ideal democrático, muito difícil de se alcançar na política, onde muitas vezes se toma como inaceitável a convivência. A visão do político menor limita suas obrigações às suas verdades e dogmas e aos interesses dos partidos e facções. Outro terreno é o espaço dos estadistas quando, acima da política, está o interesse de todos. Todos. Nessa palavra-chave está a chave do homem de estado. Quem melhor o definiu foi Tiradentes, que se dava como missão trabalhar para todos. Tancredo tem esta marca de pensar em *todos* e toda sua vida é marcada pela palavra conciliação, que é a busca de servir a *todos*.

Tancredo dizia que a conciliação não podia ser confundida com um mero oportunismo, mas como uma opção pragmática e circunstancial. É uma negociação sempre desejável na sociedade pluralista e aberta, para evitar barganha política indesejável, substituindo-a por um meio “legítimo de resolução de conflitos vividos pela sociedade”.

A História tinha preparado Tancredo para essa tarefa, pois ele era um homem que conhecia o Brasil, os homens, a arte política. E só foi possível que se construísse a transição graças a esse conjunto de qualidades que ele encarnava.

Tancredo tinha o trabalho do passado, das crises que vivera. Ele chorara diante do túmulo de Getúlio, falara, comovido, naquela compulsão nacional que foi a morte do Presidente. Tancredo fez um discurso de conciliação, pediu que o Brasil não se dividisse no sangue e no gesto de Vargas. Assim se comportou naquele momento.

Com Juscelino Kubitschek e a crise da maioria absoluta, é Tancredo quem costura, com a sua capacidade, aquilo que depois se tornou a posse de Juscelino Kubitschek. O Presidente assumiu marcado para ser deposto, porque havia uma reação das Forças Armadas, uma reação política muito grande. Por isso, ele saiu do Rio de Janeiro em busca de Brasília, como D. João VI saiu de Portugal para o Brasil por causa das tropas napoleônicas.

Na crise de 61, com a renúncia de Jânio, a solução é construída pela conciliação. Só há um homem para essa tarefa, aceito por todos. E quando se diz que Jango Goulart foi empossado e se criam várias teses para analisar aquela crise, meu testemunho de quem viveu os fatos é o de que foi o penhor do equilíbrio de Tancredo Neves à frente do governo parlamentarista a chave da solução. Ele inspirava confiança. E como ele soube exercer sua capacidade tática de negociar! Como formou um gabinete que, na heterogeneidade, tinha a unidade de objetivos. Quais eram eles? Manter Jango no poder? Uma questão pessoal? Não. Era atravessar uma etapa. E ele fez admiravelmente bem: baixou a temperatura política, impessoalizou sua tarefa, dissolveu as nuvens da discórdia.

Em março de 1978, Tancredo torna-se líder da Bancada do MDB na Câmara. Em novembro, mês em que acaba o bipartidarismo, elege-se senador. Articula, então, a criação do Partido Popular-PP, de centro, que reúne dissidentes do MDB e da Arena, inclusive seu histórico rival Magalhães Pinto. Solução mineira: Tancredo é o presidente e Magalhães o presidente de honra. É a tentativa de criar uma opção de poder de centro, democrática, diferenciada da esquerda e da direita radical. No final de 1981, o governo Figueiredo passa o voto vinculado e abate o PP que, então, reage e se funde com o PMDB. No final de 1978, caíra o AI-5, com a Emenda Constitucional de que fui Relator.

Eleito governador de Minas em 82, Tancredo assume, em março de 83, e prossegue a luta pela redemocratização. *“O primeiro compromisso de Minas é com a liberdade.” “Liberdade é o outro nome de Minas.”* Então, age no Congresso, na imprensa, na prática permanente do diálogo e da conciliação. No governo de Minas, acerta com Aureliano Chaves o Acordo de Minas – Aureliano, outro patriota, grande brasileiro, a quem a Nação muito deve. Se um dos dois saísse candidato a presidente, o outro apoiaria. Participa da campanha por eleições “Diretas-Já” para presidente no início de 84. Prega a união nacional. Trabalha exageradamente e diz com ironia: *“Para descansar, tenho a eternidade.”*

Com apoio de amplo espectro ideológico, compõe, costura e aglutina as forças de oposição e dissidentes

do governo como Aureliano Chaves, Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen, Guilherme Palmeira, eu próprio e muitos outros e sai candidato à Presidência no Colégio Eleitoral. Tece engenhosa articulação dentro do PMDB. Une os diversos grupos e correntes, rompe resistências no seu partido, recebe a adesão do grupo autêntico, atrai o apoio de Ulysses. Dialoga com setores do governo, vai à sociedade civil, dialoga com lideranças militares, quebra resistências, vence manobras políticas. Faz vibrante campanha por todo o País, recebendo a aprovação direta do povo nas ruas e praças, sempre com a bandeira da conciliação nacional, sem revanchismo, como saída para o impasse e a crise.

Transige e negocia. Transforma a energia política da campanha das *“Diretas Já”* em combustível da vitória no Colégio Eleitoral. Faz impensável engenharia política. Coerente, é sempre o moderado fiel à liberdade. Prega mudanças, promete a convocação de assembleia nacional constituinte, pede união e condena o sentimento de represália. O projeto é a democracia. Tranqüiliza todos, militares e civis. Faz o que adora fazer: política. A grande política.

Muitos presidentes, na História do Brasil, assumiram com a vocação de serem depostos. Como Deodoro, Bernardes, Getúlio em 1950, Juscelino, Jango, também posso dizer que fui um Presidente que assumiu com todas as condições para não terminar o seu mandato: não tinha um grande partido, não fora a pessoa que compusera o Ministério, não conhecia os programas de governo. Sempre dizia a Tancredo Neves que eu me preparava para ser o Vice-Presidente fraco de um Presidente forte.

De repente, naquela noite – aqui lembrada e que não quero relembrar para não repetir as amarguras e as emoções que vivi naqueles instantes de tristeza e de comoção –, às 3 horas, o General Leônidas Pires me telefonou dizendo: às 10 horas, o senhor vai assumir a Presidência da República.

Pensem o que é, para uma pessoa de responsabilidade, assumir a Presidência da República, com todas aquelas fragilidades! Meus olhos estavam voltados para o futuro e eu perguntava: o que vai acontecer? O que vamos ter? O que vai acontecer comigo? O que o destino quer fazer comigo? Por que me trouxe de tão longe para, neste momento, desafiar a minha capacidade?

Fui quase que levitando jurar a Constituição. Foi um momento que jamais esquecerei na minha vida e que me marca profundamente. Mas, hoje, 20 anos depois, estou aqui, não com aqueles olhos no futuro, procurando o que ia saber, mas com os olhos no pas-

sado, sabendo que todos fizemos uma grande transição democrática neste País. (Palmas.)

Foi obra de todos nós, foi obra de Ulysses, foi obra de Tancredo, porque Tancredo dava o exemplo. Ele dizia ao Dr. Dornelles que só aceitava ser operado se o Presidente Figueiredo me transmitisse o poder, porque ele lutara por aquilo. Seus olhos estavam sempre voltados para o objetivo de sairmos daquela situação naquele instante. E o Dr. Dornelles, de certo modo, forçando os acontecimentos, disse a Tancredo: “Você pode se operar, porque o Figueiredo vai dar posse ao Sarney.” E ele disse aos médicos: “Então, me operem.”

Esse homem jogava a sua vida pelos interesses do País. Ele não estava pensando simplesmente em tomar posse pela posse; ele estava pensando em tomar posse pelo País. É por isso que acho que a frase de Afonso Arinos é a mais perfeita de todas. Diz: “Na História do Brasil, muitos deram a sua vida pelo País, mas Tancredo é o único que deu a sua morte pelo Brasil.” (Palmas.)

Eu seria injusto se, na lista dessas evocações, não incluísse a figura de Aureliano Chaves. (Palmas.)

E o faço até por um dever pessoal, até por um dever de consciência, porque, quando eu dizia que não aceitava ser Vice-Presidente, que não queria ser Vice-Presidente, ele me chamava e pressionava: “Não se exclua! Se você não for o Vice-Presidente, eu não farei a Aliança Democrática!” Com isso, ele me impunha. E é com a evocação da minha gratidão eterna por ele ter acreditado em mim naquele instante, que tenho a obrigação de lembrar, perante esta Casa, o que foi a presença de Aureliano na junção daquelas nossas forças.

Muitos dos que participaram daquele momento estão aqui. No início, éramos Jorge Bornhausen, Guilherme Palmeira e eu, dentro do PDS. Depois, se agregaram a nós Antonio Carlos, Aureliano, Marco Maciel, e começamos a ampliar de tal maneira esse conjunto, que foi possível chegarmos à decisão que tivemos que tomar.

Mas Tancredo era um homem experiente, sabia que eu não podia ser Vice-Presidente apenas por ser indicado pela Frente Liberal, eu precisava também ter a legitimidade da sua escolha. Ele, então, chamou-me, uma noite, a Minas Gerais, à casa de Murilo Mendes. Dona Risoleta jantava com a senhora Murilo Mendes em uma mesa separada. E disse-me – sabendo que isto não era tudo, mas me legitimando naquele momento: “Sarney, se você não aceitar ser Vice-Presidente, eu talvez não possa sair do Governo de Minas.” Talvez essa fosse uma maneira de falar. E argumentei: “Tancredo, você tem tantos candidatos e pode escolher qualquer

um deles.” Ele respondeu: “Mas você conhece o mapa da mina do PDS.”

Ele julgava que, por eu ser Presidente do Partido, eu conhecia todos os delegados. E ele, então, grande articulador político, legitimava-me na escolha que a Frente Liberal fazia e entregava-me uma missão ainda mais dura, que era a de procurar a maioria dentro do nosso Partido.

Vejo aqui Aecinho – chamo-o assim. Quando ele assumiu interinamente a Presidência da República, como Presidente da Câmara dos Deputados, eu, que passei a me considerar um herdeiro dos compromissos de Tancredo Neves, fui visitá-lo. Quando entrei na sala, ele estava sentado como Presidente da República. E eu disse: “Vim aqui trazer-lhe um presente que você não esperava que existisse, algo que certamente você iria receber. Eu vim trazer um beijo do seu avô Tancredo Neves!” (Palmas.)

Foi o que fiz. Eu o conhecia e via o amor que ele tinha por Aécio Neves. Eu via sempre o carinho. Como ele estaria feliz, hoje, nesta sessão, vendo seu neto como Governador de Minas Gerais, ouvindo que o seu exemplo ficará na História do Brasil, não no seu nome, mas na pedra, no bronze e na eternidade!

Devo prosseguir, mas não poderei ser tão breve como desejava e como todos esperavam que eu fosse.

Quais foram as minhas dificuldades? Devo este depoimento ao Brasil, neste dia. Sempre pensei que eu precisava me legitimar e, muitas vezes, conversei sobre isso com Antonio Carlos. Ninguém pode ser Presidente da República sem ser legítimo. E tracei um plano estratégico de como devia conseguir essa legitimidade. Não fui no escuro. Ninguém pense que eu estava no meio dos acontecimentos como se fosse levado por eles! Não!

Em primeiro lugar, eu tinha de abrir totalmente o País, fazer um pacote político no qual todos os espaços nacionais fossem abertos às forças que emergiam da clandestinidade, dos partidos políticos que estavam banidos. Acabei com as eleições indiretas imediatamente, convoquei a Constituinte e eleições para novembro. Pensaram: “Que coisa mais absurda começar um governo com essas dificuldades e convocar eleições para novembro!” Mas eu pensava que deveríamos abrir espaços para, em vez de violência e gente procurando se afirmar pela força, termos a liberdade florescendo, e para que o País pudesse, respirando esses ventos da liberdade, encontrar-se com seu destino e sua construção. Assim, começamos a fazer essa parte.

O Brasil não era mais uma ditadura, porém estava longe de garantir o pleno exercício da democracia. O

mundo estava cheio de exemplos de transições políticas traumáticas, como em Portugal e na Grécia, para não me referir aos sucessivos abortos institucionais na América Latina. Os próprios processos argentino, chileno e uruguaio preocupavam. Não era possível resolver tudo ao mesmo tempo. O Tancredo tinha um projeto cauteloso de transição. Mas ele chegava ao poder com um cacife político extraordinário, uma verdadeira federação de apoios populares. Podia, portanto, estabelecer prioridades tanto na política como na economia. Eu, não. Eu chegava desamparado à Presidência, numa verdadeira armadilha do destino.

Para legitimar o meu governo, eu tinha de buscar um caminho próprio que me levasse diretamente à opinião pública. Mostrar que eu tinha intenção e estrutura para comandar a transição. Eu resolvi, então, abrir todas as portas à liberdade. Correr o risco de ampliar espaços e estabelecer uma sociedade em condições de retomar a prática da liberdade em todas as dimensões de seu cotidiano. É claro que essa decisão tinha seus custos: 12 mil greves, imprensa com total independência e sequiosa de testar seus limites que, como se viu, eram ilimitados. Legalizei logo o Partido Comunista e convoquei a Constituinte unicameral. O objetivo era claro: romper os bolsões de pressão, criar espaços onde a energia para a contestação fosse liberada. Era o caminho da minha legitimação. Quem melhor compreendeu essa estratégia foi o PT, que aproveitou esses espaços para se consolidar, enquanto os partidos de talhe tradicional disputavam posições de governo em vez de apoiá-lo em um programa e pacto para a transição.

O primeiro dever do Presidente é permanecer no poder e legitimar-se. Esta tarefa era difícil. Alguns ministros nem no olhar me poupavam de saber que não me aceitavam nem por mim tinham simpatia. Foi uma tarefa árdua avançar pouco a pouco, inculir-lhes a certeza de que não estavam lidando com quem não sabia nem previa o que estava acontecendo e o que seriam agora suas responsabilidades.

As Forças Armadas eram a única instituição capaz de exibir uma posição de força. Só elas têm planos estruturados para uma emergência de crise. As Forças Armadas sempre têm programas para evitar o caos. Naquele momento, elas ainda eram as fiadoras do processo político. Essa foi outra área na qual tivemos o mais absoluto êxito. O que ocorria? Os militares ainda tinham grandes reservas, estávamos saindo de um regime difícil. Então, tive a oportunidade de chamá-los e de estabelecer com eles duas regras, com as quais conseguimos governar. Eles voltaram aos quartéis, profissionalizaram-se e mantiveram as Forças Armadas baseadas na Constituição e na lei, como estão até

hoje, integradas na vida nacional. Foram as seguintes as regras, das quais o General Leônidas, que está aí, foi um dos principais interlocutores: primeiro, seguimos a orientação de Tancredo, que não deseja revanchismo – “a abertura tem que ser feita com as Forças Armadas, e não contra as Forças Armadas.” (Palmas.) – e, com isso, evitamos a luta que podia ser desencadeada. Em segundo lugar, chamei todos os comandantes e disse: “Se sou o Comandante-em-Chefe, o dever de todo comandante é zelar pelos seus subordinados. A partir de hoje, os senhores não precisam mais fazer notas em ordem do dia, falando indiretamente, sobre qualquer assunto”, como sistematicamente se fazia. “Quem fala em nome das Forças Armadas sou eu e serei o seu maior defensor.”

Com isso, atravessamos um período em que não tivemos uma prontidão militar sequer; não tivemos qualquer insubordinação. Assim, foi possível que as Forças voltassem aos quartéis. Demos recursos para que pudessem trabalhar, modernizaram-se e hoje estão integradas à vida nacional, integradas ao poder político, que é a síntese de todos os poderes. (Palmas.)

Um terreno estava à margem da disputa política: a política externa. Concentrei-me nela. Iniciei a prática da diplomacia presidencial amparada por um projeto coerente: o da afirmação de nossa soberania e de nossa inserção na América Latina. Avançamos muito. Firmamos a adesão do Brasil ao Convênio contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes – o Pacto de San José. Criamos, por iniciativa do Brasil nas Nações Unidas, a zona de paz do Atlântico Sul. Iniciamos, no mês de agosto, junto com o Presidente Alfonsín, o Mercado Comum latino-americano com o programa de integração com a Argentina e o Uruguai, e aberto a todo o continente. Promovemos iniciativas bilaterais com os países amazônicos para defesa do meio ambiente. Reatei relações com Cuba. Visitei os EUA, mas também a Rússia e a China. Por três vezes falei na abertura da Assembléia das Nações Unidas. Realizei duas grandes e importantes reuniões históricas neste País, com presidentes do mundo inteiro. Lembro da reunião realizada em São Luís, de oito presidentes dos povos de língua portuguesa. Lembro a reunião que realizamos em Manaus, de sete presidentes de todos os países da Bacia Amazônica. Tivemos participação ativa no Grupo dos Oito, que também ajudamos a fundar. Lutamos nos organismos internacionais por um tratamento político da dívida. E tudo fizemos para que o País pudesse caminhar num tempo de grandes dificuldades, que não foi um tempo somente nosso, mas de todo o mundo que assiste neste instante a grandes transformações.

E, na busca de legitimidade econômica – aqui estão Calabi, que foi da equipe, e Maílson, que foi depois meu Ministro da Fazenda, que sabem disto –, fomos ver o que se tornaria o Plano Cruzado. Mandamos Pérsio Arida a Israel para procurar saber o que estava sendo feito lá, na busca de um plano econômico não ortodoxo, mas heterodoxo. Eu sabia que não poderia fazer um plano ortodoxo, nem seguir nenhuma norma de conduta de cartilha internacional. Se o fizesse, iria optar pela recessão, pelo desemprego, pelo atraso. Recusei-me a fazer isso. (Palmas.)

Partimos para o Plano Cruzado, sabendo de todas as dificuldades. Não iniciei o Plano Cruzado sem saber os riscos que correríamos. Lembro-me – e Calabi está aqui – da noite em que nos reunimos, quando eu disse: “Sei, perante todos os senhores, que estou colocando a minha cabeça na guilhotina, mas temos de ter ousadia. Vamos ousar! Vamos tentar romper essa barreira para tentar dominar a inflação!”

A inflação não foi uma invenção minha, nem do meu governo. O Figueiredo já deixou a desvalorização da moeda perto dos 300% ao ano. No final de meu governo a economia sofreu como nos meses que antecederam o governo do Presidente Lula. A inflação subiu de 5%, em março de 1989, quando começou a campanha eleitoral, para 82%, em março de 1990. Essa inflação não foi minha. Era fruto da expectativa do futuro governo.

Posto muitas vezes diante da alternativa da recessão, minha opção pessoal foi de indexar os salários, corrigindo-os mensalmente. A correção mensal porque era o colchão no qual se apoiavam os assalariados para diminuir o impacto da inflação. Fala-se em inflação com correção monetária e em inflação sem correção, como se fossem a mesma coisa. São coisas impossíveis de comparar. Eu digo que uma inflação de 6% ao ano sem correção monetária, como vinha ocorrendo com o salário do funcionalismo, é mais corrosiva do que a de 80% ao mês daquele tempo, corrigida mensalmente. Pergunte a qualquer trabalhador, com mais de 35 anos, o que ele acha das duas situações. O desemprego caiu de 8% para 2,36%, o menor de nossa História. E qual foi a inflação real em meu governo? O dado é da consultoria Tendências: a inflação em dólares foi de 17,3%.

Cometemos erros e acertos. Reconheço muitos erros que cometi. Foram muitos, muitos erros. Não vou relatá-los, porque levaria muito tempo. Mas, na verdade, em alguns momentos, também tivemos muitos acertos.

Hoje, posso dizer da tribuna do Senado que aqueles não foram anos em que o Brasil recuou, atrasou-se. Ouço, muitas vezes, dizerem que foram anos perdidos.

A década de 80 não foi perdida. Se separarmos os períodos de 1980 a 1985 e de 1985 a 1990, verificaremos que, de 1985 a 1990, obtivemos números na economia que até hoje não foram superados no Brasil. Naqueles cinco anos, crescemos 99% no nosso PIB; chegamos a ter o terceiro saldo exportador internacional, depois do Japão e da Alemanha. A renda **per capita** – tratando sempre de desempenho econômico, para não atrapalhar –, em 1984, era de US\$1,468 e, em 1989, chegou a US\$2,923. Hoje, está em US\$2,789. Isso demonstra que aquele não foi um período de paralisação. Ao contrário, o Brasil avançou, e muito, durante aquele período.

Enfim, saí do governo consciente de que ninguém, naquelas circunstâncias, teria mais desejo de acertar do que eu tive. Por exemplo: o déficit primário do Tesouro, em 1984, foi de 2,58% do PIB e, quando saí, deixei um superávit primário de 0,8%. Buscávamos o equilíbrio.

Vejamos outros dados:

A dívida externa passou de 123 para 99 bilhões de dólares; de 37,5% para 24,8% PIB.

Na energia elétrica, a produção cresceu 24,1%; o número de consumidores cresceu 22,3%; os investimentos foram da ordem de 29 bilhões de dólares.

Passamos do oitavo para o sétimo lugar em economia industrial no mundo.

No petróleo, passamos de 2,7 bilhões de barris para 8 bilhões.

Tivemos três safras agrícolas recordes, passamos de 50 para 70 milhões de toneladas de grãos.

Em estanho, com 400 mil toneladas, passamos a ser o maior produtor do mundo.

Em manganês, multiplicamos por 4 nossa produção, chegando a 810 mil toneladas.

A Siderbrás passou de quinto para segundo maior grupo siderúrgico do mundo.

Passamos de oitavo para sexto produtor maior produtor mundial de aço.

Nosso desafio passava por uma modernização da administração pública. Melhorei a eficiência do serviço público, dando aumentos reais ao funcionalismo, além do 13º salário. Criei a ENAP, a Escola Nacional de Administração Pública, seguindo o modelo francês, na tentativa de criar uma carreira geral do serviço público, e começamos a implantar a isonomia salarial.

Extingui a conta de movimento do Banco Central no Banco do Brasil, unificamos totalmente o Orçamento Geral da União, com a inclusão de todas as despesas de natureza fiscal, inclusive as realizadas pelo Banco Central e pelo Banco do Brasil, como as operações de crédito rural, criamos a Secretaria do Tesouro Na-

cional. Criei o SIAFI, abrindo as informações sobre o Orçamento.

Abrimos o País para a modernidade. Houve conquistas extraordinárias na área da ciência e da técnica. Dominamos a tecnologia do enriquecimento do urânio, da água pesada, da grafite nuclear, dos lasers de alta potência, do radar, das fibras de carbono, das fibras óticas. Estimulamos a formação de recursos humanos em massa nos grandes centros de excelência do mundo. Demos mais de 113 mil bolsas de ensino superior, mais que o total dos 33 anos de existência anterior do CNPq.

Reformulamos a política nuclear, redimensionando-a, adequando-a às reais necessidades e possibilidades do País. Lançamos as bases para uma política de química fina e biotecnologia.

Na área dos transportes, foram restaurados 11 mil e 700 quilômetros de rodovias, pavimentados 4 mil e 508 quilômetros de estradas vicinais, e executados mais de 7 mil e 100 quilômetros de revestimento primário. Passamos de 7 para 12 mil o número de postos de correio.

Houve um aumento de mais de um milhão de hectares da área irrigada, o que significa a ampliação de 56% do que se fizera até então.

Começamos a reforma agrária. Transformamos o programa em ministério no meu Governo. O nome sugerido era Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Eu disse: “Não. Vamos chamar de Ministério da Reforma Agrária, porque essa palavra é maldita; temos de colocá-lo na ordem do dia do Brasil” – peço o depoimento do Nelson Ribeiro, que está aqui presente, e que sabe que foi isso que ocorreu. Desapropriamos 4 milhões e 500 mil hectares, além da regularização fundiária de 4 milhões e 300 mil hectares, 10 vezes mais do que havia sido feito nos últimos 21 anos, desde a criação do Estatuto da Terra. Foram mais de 200 mil famílias beneficiadas.

O meio ambiente, o futuro do homem na face da Terra, a proteção da natureza passaram a ser prioridade e um tema dominante em nossas preocupações. Criamos o programa “Nossa Natureza” e o IBAMA. Criamos 6 milhões de hectares de reservas ambientais.

Até nosso governo, desde Rondon, haviam sido demarcados 12 milhões de hectares de reservas indígenas; nós demarcamos 32 milhões de hectares.

Com o Programa Calha Norte, livramos a Amazônia do narcotráfico, do contrabando, do refúgio das guerrilhas, protegemos as populações e transformamos fronteiras mortas em fronteiras vivas.

Até então, no Brasil, administrar era sempre tratar de infra-estrutura, dos grandes problemas de constru-

ção. A partir dali, colocamos a área social em evidência, e daí o nosso lema “Tudo pelo social”.

Transformei a Presidência numa grande gerência de programas especiais de combate à pobreza. Mandei pesquisar e identificar, município por município, quais as dificuldades mais prementes sofridas pela população. Foram definidos 16 projetos de ajuda direta às comunidades carentes, dirigidos por agentes das próprias comunidades, como as pastorais, escolas, entidades assistenciais, etc. A mais radical diminuição da pobreza, no Brasil, ocorreu durante o meu governo. Por causa, evidentemente, dos programas de ação comunitária de ação direta, sem intermediação política ou administrativa. 26 milhões de pessoas foram beneficiadas com o vale-transporte; 18 milhões de beneficiados, diariamente, com o vale-refeição; 7,6 milhões de famílias atendidas diariamente pelo programa do leite; 11 milhões de crianças, gestantes e nutrízes no programa de alimentação suplementar; 2 milhões de crianças nas creches casulos; 50 milhões de estudantes e 8 milhões de irmãos de estudantes atendidos pela merenda escolar, que passou de 140 para 260 dias; e assim por diante. A farmácia básica da CEME atingiu 50 milhões de pessoas com seus 44 medicamentos. A mortalidade infantil foi reduzida em 41% graças ao programa de saúde na comunidade. (Aliás, fiquei satisfeito de, em entrevista recente, Maria da Conceição Tavares atribuir a diminuição da mortalidade infantil nos últimos anos ao meu Programa do Leite.) 230 mil voluntários foram mobilizados nesses programas...

Criamos a universalização da saúde. Antes, no Brasil, o excluído – essa é a palavra que designava o trabalhador que não tinha carteira – não podia tomar uma injeção. Só podia recorrer às Santas Casas. A partir daquele tempo, criamos o direito de universalização da saúde, o direito à saúde e o direito à assistência médica.

Nós, por um sistema de liberdade e de capilaridade, conseguimos que a sociedade brasileira como um todo se tornasse democrática. Abriram-se os sindicatos, abriram-se as universidades, abriu-se a imprensa, abriram-se todos os clubes de associações de bairros. Ninguém tinha medo, e o Brasil tornou-se uma sociedade democrática.

Esse é o grande legado daqueles cinco anos que Tancredo nos deixou, dos quais fui o executor. Foi o legado de não somente restituirmos instituições democráticas ao Brasil – não voltou somente o Congresso a funcionar plenamente, não voltou somente a funcionar a imprensa em sua absoluta liberdade –, mas de começarmos a ser uma sociedade democrática.

Muitos países que fizeram a abertura democrática naqueles anos não construíram sociedades democráticas. Vamos citar o exemplo do Chile: até hoje, o país tem hipotecas militares e luta para sair delas. Há o exemplo da Espanha, que todos dizem que teve êxito. A Espanha até hoje vive no sangue das divisões, sem conseguir unir-se em um país. Nós, aqui, mantivemos, com forças as mais divergentes, um País unido em uma transição que, como já se disse hoje, foi a mais bem-sucedida de todas.

Portanto, olhar para esses vinte anos que passaram é perceber que as forças políticas brasileiras foram capazes de atravessar um período histórico dos mais difíceis para que o País começasse uma nova vida e um novo momento. De tal modo que, já em 1989, tínhamos um candidato à Presidência da República que era operário e que quase ganha a eleição. Chegou muito perto do primeiro colocado. Por quê? Porque a sociedade havia mudado. Se a sociedade não tivesse mudado, isso não existiria; sem a conquista da liberdade, isso não ocorreria; sem a conquista do social, isso não seria possível. E, quando se fala em construção das elites, vamos verificar que as elites, em especial as políticas, participaram juntas na construção dessa sociedade democrática.

Não devo me alongar mais. Tomei umas notas, mas não posso fazer um balanço de governo aqui, no Senado, em uma sessão como a de hoje. Quero apenas fazer alguns agradecimentos.

O primeiro agradecimento é a Ulysses Guimarães. Ulysses, que, como eu ressaltava, ontem, no programa Roda Viva, foi meu conselheiro de todas as horas. Ele liderara a oposição durante os difíceis anos do regime militar. Fora a grande força durante as *“Diretas Já”*. Era o fiador da Aliança Democrática, obra, também, de sua capacidade de articular.

Mas devo dar aqui meu testemunho sobre o seu desprendimento naquela noite terrível de 14 para 15 de março de 1985. Em nenhum momento ele colocou os interesses pessoais ou partidários acima dos interesses da transição. Ele podia, com legitimidade, avocar para si a Presidência da República. Em torno a ele, muitas eram as vozes que propunham essa solução. Convencido de que a Constituição e o processo indicavam meu nome, foi o primeiro a insistir comigo, a me dizer que era o meu dever tomar posse.

Depois, durante os anos de meu governo, sempre teve um papel central. Conduziu a Assembléia Constituinte e foi um apoio decisivo na construção da sociedade democrática.

Quero finalmente pedir licença para citar os nomes dos meus Ministros que aqui estão.

Quero agradecer ao Célio Borja; quero agradecer ao Pertence, que foi Procurador-Geral da República. Foi quando começou todo o processo que transformou o Ministério Público, com a ação civil pública. Quero também saudar o Fernando Lyra. Quero saudar o General Leônidas Pires Gonçalves, que eu conhecia desde o tempo de major – agora é que ele está sendo promovido a coronel –, e que foi um grande auxiliar também durante o meu Governo, com os outros Ministros militares.

Quero me dirigir ao Dr. Francisco Dornelles, também pessoa muito ligada a Tancredo, seu sobrinho querido, que muito me ajudou não só naquele tempo como depois, tendo sempre uma compreensão muito grande das minhas dificuldades e dos meus deveres. A Vicente Fialho; Aníbal Teixeira; a Antonio Carlos Magalhães, a quem devo uma palavra especial pela velha amizade que durante tanto tempo nos une e que, mais do que Ministro, era sempre um conselheiro que eu tinha ao lado. Certa vez, eu o ouvi dizer que tinha um grande respeito pelo Presidente da República. Sempre teve e passou a ser muito formal. Isso, aliás, é também atitude dos militares. O Leônidas sempre me chamava de Zé. A partir do dia em que me tornei Presidente, ele dizia: “O Senhor Presidente.” Nunca mais me chamou de Zé. O Antonio Carlos, um dia, me disse: “Tenho o meu temperamento” – e acrescentou, modesto –, “mas o seu deve ser melhor do que o meu, porque você já foi Presidente da República!”

Quero lembrar também a Marco Maciel, que aqui está presente; a João Alves; a Paulo de Tarso Flecha de Lima; a Paulo Lustosa; a Jorge Bornhausen, com quem criamos 150 escolas técnicas no Brasil inteiro; a Prisco Viana; a Mailson da Nóbrega; a Waldir Pires; a Pedro Simon; a Flávio Peixoto; a Dante de Oliveira; a Seigo Susuki, admirável colaborador.

Também devo lembrar Leopoldo Bessone; Pimenta da Veiga, que foi Líder do meu Governo; Marcos Vilaça, um grande colaborador; Arthur Virgílio, que também foi Líder naquele tempo; General Bayma Denys, a quem devo grande gratidão pelo apoio que me deu e com quem formulei uma nova política nacional de segurança, na qual colocamos a inversão das prioridades brasileiras, o que possibilitou a ausência de problemas no Sul do Brasil para voltarmos os olhos para a fronteira dos nortes, onde começava a nova ordem mundial.

Quero também agradecer a presença de Celina Ferro Costa, esposa do Ferro Costa; quero também citar, como colaborador e amigo daquele tempo, Mauro Santayanna; Mauro Salles; Dona Antônia Gonçalves, uma secretária muito dedicada a Tancredo, que também aqui está; Joaquim Itapary; Brigadeiro Morei-

ra Lima; o nosso Raphael de Almeida Magalhães, o nosso grande Raphael, que sempre foi um homem de idéias; Iris Rezende.

Também quero lembrar, com muito pesar – V. Ex^{as} me desculpem, porque é da minha obrigação, embora o tempo realmente esteja longo –, aqueles que morreram, que desapareceram, mas que deram uma grande contribuição ao meu Governo e que trabalharam comigo.

Recordo, em primeiro lugar, Dilson Funaro. (Palmas.)

Recordo José Hugo Castelo Branco. (Palmas.)

Chamo Marcos Freire. Recordo Roberto Cardoso Alves, Roberto de Abreu Sodré, Renato Archer, Carlos Sant'Anna, Celso Furtado. (Palmas.)

Há dois dias, perdemos um dos homens mais importantes que o Brasil já teve, um grande colaborador, o Almirante Henrique Sabóia, um grande patriota. (Palmas.)

Assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me despedir desta tribuna e dizer que conseguimos deixar para o País, por herança de Tancredo Neves, um grande legado democrático. Esse legado aí está consolidado, e eu, que assumi o Governo pensando que a democracia podia morrer em minhas mãos, saio desta tribuna dizendo que, graças a Deus, nas minhas mãos a democracia não morreu nem retrocedeu no Brasil. Ela floresceu para torná-lo o grande País democrático que é e para nos transformar na grande sociedade democrática que somos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves Filho, João Capiberibe, Valmir Amaral, Ney Suassuna e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa alusivos às comunicações, que serão publicadas na forma do art. 203, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre tantos oradores da sessão especial de hoje – alguns dos quais foram testemunhas e artífices da redemocratização do País –, cabe-me agora a honra de também participar da celebração do acontecimento político mais importante da vida brasileira, nas últimas quatro décadas.

Prestar esta homenagem à reconquista de democracia, à memória de seu líder mais insigne, Tancredo de Almeida Neves, e a todos os que lutaram pela redenção política do Brasil, significa para mim – um representante de Minas Gerais nesta nobre Casa – recordar essa árdua e memorável caminhada.

Do mesmo modo que para a maioria dos brasileiros, 15 de março de 1985 marcou minha lembrança como o dia da vitória do movimento.

A par de inúmeros outros episódios decisivos da vida nacional, a participação de Minas Gerais na redemocratização foi especialmente relevante, porque a catalisou!

Catalisar, porque a verdadeira política mineira participa e estimula as mudanças e reações da política brasileira, sem alterar a sua substância. Coloca seus melhores homens a serviço do Brasil, sem lhe cobrar glórias nem contrapartidas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a razão pela qual friso que o significado da presente sessão é o da valorização da política e dos políticos como expressão legítima de uma sociedade livre e democrática.

Foi a Política, com “p” maiúsculo, que levou milhões de brasileiros a ir para as ruas e praças deste País exigir o retorno do Estado Democrático de Direito; uma luta grandiosa porque foi pacífica; e pacífica porque foi grandiosa!

O longo e duro caminho culminou no dia 15 de março de 1985, quando José Sarney assumiu o mais alto cargo da República, como primeiro Presidente civil eleito pelo Congresso e representantes das Assembleias Legislativas. Vinte anos de tenaz resistência haviam passado desde que o Arbítrio assumiu o Poder em 1964.

Assim, é forçoso reconhecer que a redemocratização teve longas e profundas raízes no solo da História.

Formaram as raízes a paciente, experiente e perseverante resistência agrupada no legendário MDB, bem como a paixão dos que se entregaram à contestação e até à equivocada opção pelo confronto.

Pelo caminho da resistência pacífica e pelo da reação temerária, muitos dedicaram suas vidas e alguns chegaram a sacrificá-las para que, afinal, a democracia voltasse a vigorar plenamente no Brasil.

Porém, é preciso destacar que, a opção pela via pacífica e parlamentar viabilizou tal reconquista, a partir da resistência perseverante de políticos, líderes, militantes, religiosos, Imprensa, estudantes, sindicatos e entidades sociais.

Não prevalecesse essa opção, seguramente o 15 de março de 1985 poderia ter sido o dia que não existiu! E o calendário da história do Brasil, apesar do que já vinha mudando no cenário político, possivelmente teria se datado por acontecimentos erráticos, se não funestos.

Os mudancistas achavam-se em situação tão sensível que, na madrugada daquele dia inesquecível, não tinham ainda certeza do que aconteceria ao País.

Poucas horas antes da posse, havia irrompido a trágica notícia de que Tancredo Neves, o Presidente eleito, não podia assumir o poder porque acabara de ser submetido a uma inesperada e melindrosa cirurgia.

E a certeza da redemocratização transformou-se subitamente no vácuo da insegurança e do medo de que o sonho, que ainda se iniciava, poderia terminar.

Embora Tancredo Neves estivesse nessa terrível situação, o seu espírito pautava, sem o saber, as decisões políticas que se tomavam durante a angustiante e triste emergência.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a luta política contra o regime autoritário, mesmo nas condições adversas que este impôs, com a extinção dos partidos, as brutais e seguidas cassações de mandatos e direitos, e com as restrições às liberdades públicas e individuais, foi aceita.

A oposição avançou, passo a passo, e fortaleceu-se em disputas notáveis, tanto para o Congresso e Assembleias Estaduais, quanto para os governos dos Estados e até para a Presidência da República.

Destaque-se a eleição de 14 senadores oposicionistas, em 1974, e vários governadores também da oposição, em 1982. Antes, já havia o aumento substancial e progressivo da representação na Câmara dos Deputados. Por um lado, comprovou tese da resistência pela via parlamentar, e por outro terminou por amedrontar o governo militar e levá-lo a editar o Pacote de Abril, fechando o Congresso.

Nunca esmoreceu a luta pelo retorno ao Estado Democrático de Direito! A oposição lançou anticandidatos a Presidente da República, com Ulysses Guimarães concorrendo com o general Ernesto Geisel e o general Euler Bentes disputando com o general João Figueiredo.

A campanha das Diretas Já, simbolizada pela emocionante personalidade do senador Teotônio Vilela, teve a participação de líderes nacionais – entre eles, o ex-Presidente Fernando Henrique, o Presidente Lula, o Deputado Pimenta da Veiga, o hoje prefeito José Serra e o ex-governador Miguel Arraes.

Essa foi uma das mais fortes e impressionantes manifestações já realizadas no Brasil republicano.

Como pode testemunhar aqui, nesta sessão, o ilustre neto e então secretário-particular de Tancredo, Aécio Neves – hoje talentoso Governador do Estado de Minas Gerais – o grande líder mineiro, a exemplo de seus companheiros de oposição, empenhou-se para que fosse vitoriosa a emenda Dante de Oliveira,

destinada a restituir o direito do brasileiro escolher livremente seu presidente.

Entretanto, parlamentar que conhecia a exata correlação de forças no Congresso, Tancredo previa a possibilidade de derrota da emenda. Para que não se perdesse o impulso popular das Diretas Já, havia percebido a necessidade da alternativa da eleição de um oposicionista pelo Colégio Eleitoral.

Essa alternativa começou pela eleição do Senador Tancredo Neves para o governo de Minas, em 1982, que empolgou o Estado.

Tão logo Tancredo assumiu, Belo Horizonte se tornou o destino de políticos dos mais diversos partidos, já reorganizados ou legalizados após a anistia. Pacientemente e com o suporte quase integral de todos os líderes partidários de Minas, iniciou a articulação de apoios nacionais à candidatura ao Colégio Eleitoral.

Antes mesmo de se desincompatibilizar do governo do Estado, Tancredo Neves contou com o trabalho persistente de seu vice-governador Hélio Garcia, prefeito de Belo Horizonte, que saiu pelo País a angariar o apoio de governadores e lideranças estaduais, que tinham representantes no Colégio Eleitoral.

Outros grandes líderes se perfilaram na resistência desde o primeiro momento: os ex-Presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart na formação da Frente Ampla! Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Mário Covas, Thales Ramalho, José Richa, Humberto Lucena, Freitas Nobre, Henrique Santillo.

Citem-se também os mineiros Renato Azeredo – de quem tenho orgulho de ser filho –, Sebastião Paes de Almeida, Edgar da Mata Machado, Jorge Ferraz, Camilo Nogueira da Gama. E mais, ISr^{ael} Pinheiro, José Maria de Alckmin e Pedro Aleixo – que ficaram na Arena, mas não se submeteram aos excessos do regime militar!

Outras opções de resistência foram Leonel Brizola, Darci Ribeiro, Luís Carlos Prestes, Rubem Paiva, Carlos Lacerda – que se uniu à Frente Ampla – e tantos mais.

A sessão especial de hoje deve um preito de admiração e gratidão pelo que os resistentes de todos os matizes fizeram em favor da redemocratização.

Mas igualmente se deve – e muito – a ilustres brasileiros que aqui estão presentes: os nobres Senadores Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen e Pedro Simon, que foram Ministros de Tancredo Neves e José Sarney.

Ilustres nomes gravaram-se na História, como Petrônio Portela – que no Congresso foi, ao lado do oposicionista Thales Ramalho, o principal articulador governista da abertura – e João Calmon, Nelson Marchezan, Aureliano Chaves.

A Aureliano cumpre-me, como Senador por Minas, homenageá-lo de forma especial. Íntegro e corajoso, arrostou a situação da época e, embora vice-Presidente da República, liderou a criação da Aliança Democrática, que possibilitou a fundação do Partido da Frente Liberal e o apoio de diversos dissidentes a Tancredo.

Ainda quando era Governador de meu Estado, Aureliano Chaves assumiu a linha de frente para defender Ernesto Geisel das tentativas de setores radicais do regime em golpear a abertura em andamento!

Com o avanço da redemocratização, apesar da derrota da campanha das Diretas Já, o nobre e saudoso líder mineiro ajudou a articular a composição do PFL com o PMDB.

Daí resultou na escolha do hábil e competente José Sarney como candidato a vice-presidente na chapa de Tancredo Neves ao Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985.

Uma homenagem especial deve ser feita igualmente ao Deputado Ulysses Guimarães, que ilustra a galeria dos mais importantes vultos da história republicana brasileira, certamente como o mais tenaz e desprendido condestável político.

Ulysses e Tancredo Neves interpretaram um dueto inesquecível sobre a sabedoria, a habilidade e perseverança políticas.

Para viabilizar a redemocratização, Tancredo costurou artesanalmente a ampla aliança que ajuntou até ex-adversários, inclusive gerais abertos ao entendimento, como Leônidas Pires Gonçalves e Reynaldo Mello de Almeida.

Assim eram Tancredo, na retaguarda da persuasão e das articulações, e Ulysses, na vanguarda das frentes de luta junto ao Congresso e à opinião pública: um não existiria sem o outro, e o Brasil, sem nenhum dos dois!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Ulysses, embora fosse dirigente do maior partido da oposição, abriu mão de ser o candidato da transição; depois, aceitou não disputar o Colégio Eleitoral; e, por fim, não levantou objeção a que José Sarney, o vice-Presidente eleito, tomasse posse do mais alto cargo da República, durante o impedimento de Tancredo Neves – que muitos ainda esperavam ser temporário.

A serenidade e prudência com que Sarney conduziu os passos iniciais e efetivos da redemocratização, rumo à Constituinte de 1988 e logo depois à primeira eleição direta para a Presidência da República, comprovaram que se tratava de um resgate político-institucional consolidado e já inscrito na História.

A História não é, portanto, obra de um só, por mais importante que este seja! Nem obra que começa

do zero, como alguns narcisos da política pretendem, hoje, fazer crer!

Esses têm a pretensão de reformar o País e até o mundo, ignorando e menosprezando os alicerces e as paredes levantadas no passado, com trabalho duro e sacrifícios, dos quais os pretensiosos sequer quiseram participar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, homenagear o retorno à democracia em nossa pátria e a memória dos que lutaram por ela é a ocasião de celebrarmos a verdadeira política!

Sem a livre manifestação de opinião e de organização, sem o respeito às garantias e liberdades públicas e individuais e sem o pleno Estado de Direito, não há política digna deste nome!

Um marco irreversível foi alcançado pela redemocratização de 1985. Agora é necessário o aperfeiçoamento da representação e organização partidárias e que se assegurem maior estabilidade, previsibilidade e modernidade na atuação dos três Poderes da República.

Esse é um excelente começo e plataforma para o Brasil lançar-se a projetos de maior porte, como o desafio de proporcionar a todos os cidadãos acesso à educação, à saúde e saneamento, à habitação, ao transporte, à segurança e à justiça.

A democracia só se dará com o desenvolvimento e o bem-estar de toda a Nação!

Muito Obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é dia de comemorar e celebrar.

Há vinte anos tomava posse, perante o Congresso Nacional, o primeiro Presidente da República civil depois de mais de vinte anos de ditadura militar.

Encerrava-se um ciclo histórico, e, mais que isso, terminava um processo que amadureceu com a adesão consciente de todo o povo brasileiro.

São fatos históricos recentes, arraigados ainda na crônica política contemporânea e na memória de todos os brasileiros.

O dia 15 de março de 1985 marcou a inversão de um processo de temor cívico, na medida em que a ditadura já conseguira, quase que de forma definitiva, inocular o medo na consciência e no coração dos brasileiros, e este dia significou a reversão desse processo de terror, negação e antítese de todos os postulados republicanos.

Por isso, Sr. Presidente, embora tributando todas as homenagens aos brasileiros ilustres que emprestaram destemor pessoal e abnegação patriótica à construção desse dia, entre eles, e nomeadamente, os Presidentes Tancredo Neves e José Sarney e o Depu-

tado Federal e ícone do PMDB, Ulysses Guimarães, embora tributando a todos a expressão de nossas homenagens, creio que o dia de hoje deve ser mais pensado que festejado, deve ser menos louvado para ser mais refletido, com a prudente ponderação dos que dele queremos tirar lições para a vida política do nosso País de hoje, e para as gerações do amanhã.

Todos temos ainda bem presentes os fatos, episódios que marcaram os anais políticos daqueles tempos.

A Nação reagia contra a intolerância, o cerceamento das liberdades públicas levava a abusos inomináveis, o amordaçamento da imprensa, a tutela sobre o Judiciário e o processo eleitoral artificial despertaram a convicção de que se exaurira o mínimo respeito que se deve tributar às instituições, as quais, por isso, não mais serviam ao País. As instituições se tornavam, em vertiginoso processo de aceleração, instrumento de dominação, perpetuação de poder, e manutenção de estratificação política e social a mais anacrônica e perversa.

O resultado de tudo foi percebido por quantos ainda tinham a boa vontade de pensar o País com consciência patriótica. E logo essa percepção tomou as ruas e as praças, empolgando as multidões na memorável campanha das eleições diretas, atestado de óbito do medo que ameaçava os brasileiros.

A partir daí, da reversão do medo, a opção pela reconquista democrática se tornou avassaladora, tendo sido usado o Colégio Eleitoral, último instrumento da intolerância, como sepultura do arbítrio.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando afirmo que esta data deve ser, não tanto festejada, mas especialmente ponderada, pensada e refletida, observo que a opção democrática seguida naqueles tempos de vinte anos atrás teve de pronto um objetivo, qual seja, a convocação e realização de uma soberana Assembléia Nacional Constituinte.

Isso se fez, mas aquela sombra do medo ainda escurecia os horizontes políticos. Saíra o País há muito pouco tempo de práticas de pavor, de liberdade sufocada, tortura e sangue de brasileiros, prisões arbitrárias, exílios. A ditadura deixara marcas profundas, inclusive na proteção de privilégios de alguns poucos, obviamente os já mais ricos, em detrimento da submissão de milhões, naturalmente os mais fracos, desafortunados e excluídos da riqueza nacional.

Hoje podemos ler a Constituição, que saiu daquela Assembléia com os traços profundos ainda desse

medo. Pretendeu-se, com a Carta, evitar, banir, renegar o passado, mas não se fitou com precisão para o futuro. As já mais de 40 emendas que o Congresso aprovou nesses menos de vinte anos de sua vigência são testemunho de que a Constituição se fez para o ontem daqueles dias, e não para o amanhã do Brasil.

Não é possível, Sr. Presidente, atribuir culpas e responsabilidades aos constituintes, pois a Carta foi redigida, repito, ainda sob a visão fantástica da intolerância, afastada, mas não definitivamente domada e eliminada da vida política brasileira, mesmo que de anseios mais retrógrados.

Nem é de se atribuírem culpas, nem responsabilidades, porque o grande resultado desses vinte anos, que deve mesmo ser comemorado e festejado, é a consolidação das instituições democráticas, ou, mais precisamente, o peremptório fim do ciclo do medo, posto que a opção autoritária nem sequer é cogitada com um mínimo de seriedade no Brasil de hoje.

Mas a reflexão que se impõe, depois de feito o registro laudatório desse enorme feito político, a reflexão que hoje nos deve ocupar não se circunscreve à celebração da posse do primeiro Presidente civil do Brasil redemocratizado.

É preciso, Sr. Presidente, reabrir o amplo debate nacional, de que foi instrumento eficaz a Assembléia Nacional Constituinte, reabrir o debate, desta vez acerca de um projeto nacional bem definido, com começo, meio e fim, o qual reescreva o pacto de convivência social entre todos os brasileiros, sem exceção alguma, com as conseqüências econômicas que disso necessariamente advêm.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reconhecemos, até com alguma afoiteza e ousadia, por estarmos procurando haurir das comemorações de hoje o ensejo de proclamar a ingente necessidade de mais essa ampla, livre e soberana discussão nacional, que, como naqueles tempos, o Brasil vive dias de intensa e sôfrega busca.

Há vinte anos, o tema político dominava o debate, porque as instituições estavam destroçadas e era preciso recompô-las, até para que se instaurasse o espaço político do diálogo legítimo, do embate e da discussão fecunda e fértil.

Isso se fez, embora ainda clamem por aperfeiçoamentos os mecanismos eleitorais, para que surja, transparente, a legitimidade e a autenticidade da representação popular.

O que se tem convencionado chamar reforma política é questão que precisa vir urgentemente para o centro de todas as atenções nacionais. Há vinte anos exigiu o Brasil que a prática política não exibisse mais as marcas do sangue das torturas e das prisões. Hoje o Brasil exige também que as mãos dos que se investem na direção da República, em todos os níveis, possam igualmente exibir mãos isentas do azeite da corrupção e da fraude.

Para isso, Sr. Presidente, a discussão deve envolver aquele projeto de redefinição social e econômica do pacto de convivência coletiva, para que não haja brasileiros mais brasileiros que outros, na medida em que alguns, economicamente prósperos, são livres politicamente, enquanto outros, indigentes e servos da pobreza, não podem ser livres para participar efetiva, legítima e autenticamente das deliberações nacionais.

Com tais reflexões, Sr^{as} e Srs. Senadores, associo-me aos tantos que celebram este 15 de março, esperando que não seja apenas marco de calendário para comemoração de feitos do passado, mas incentivo e estímulo para que, a partir da celebração que revive esforço, destemor e abnegação dos líderes e de todos os brasileiros que construíram aquelas vitórias, possamos hoje olhar para o futuro, aproximando-nos do dia em que a paz social, desenvolvimento e justiça sejam patrimônio inalienável de cada e de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço parte de uma geração que conheceu durante a sua juventude a primeira experiência democrática que o Brasil conheceu, entre 1945 e 1964.

Assistíamos, durante esse período histórico, à emergência de novas formas de democracia, que não mais se expressavam apenas como fenômeno político, mas também como um fenômeno cultural.

Essa expressão cultural da democracia era um fenômeno que permeava os países desenvolvidos da época, cujos reflexos chegavam até nós. As idéias que a embasavam eram resultantes dos trágicos conflitos que marcaram a primeira metade do Século XX – duas grandes guerras mundiais.

A nova visão de democracia tinha suas raízes mais assentadas na sociedade organizada, incorporando antes as reivindicações dos mais diversos seg-

mentos da sociedade, muitos deles emergentes, do que uma forte presença do Estado.

A visão de democracia embrionária dos fecundos anos 50 e 60 darão origem a movimentos contestatórios que se afirmarão posteriormente, nos anos 80 e 90, em todo o mundo: movimentos feministas, ecologistas, pacifistas, autonomistas, minorias regionais – índios, ribeirinhos, seringueiros – e étnicas, liberdade de preferência sexual, direito à diferença, direitos humanos, ao alojamento, à escola, à saúde, à terra, à humanização dos hospitais, inclusive psiquiátricos.

Essas microrrevoluções culturais detestam as hierarquias, têm uma exigência de liberdade, de afirmação dos indivíduos e de identidade de grupos.

Pois é durante essa fase de afirmação, ainda que embrionária, de novas formas de expressão democrática, que o Brasil sofre o golpe de 1964.

Os jovens, que na época viviam o período democrático de 1945–1964, repudiavam o caráter arcaico e injusto de nossa sociedade. Tinham expectativas de mudar as estruturas opressoras de nossa sociedade, alcançar a independência da nação, em face dos países dominantes.

De um momento para outro, o regime militar instalado no Brasil, com apoio de largos segmentos da sociedade brasileira que pretendiam manter o **status quo**, os seus privilégios, cala a boca de todos e, particularmente, a boca dos jovens, que haviam aprendido a falar, a exprimir-se democraticamente.

Silenciam a ferro e a fogo todos aqueles que traziam em suas ações os novos ventos de liberdade, de equidade e de justiça, bem como cercearam o espaço de segmentos sociais que surgiram durante a evolução social e econômica do País, desde que, a partir de meados do século XIX, deixava de se compor apenas de senhores e escravos.

Atravessamos, portanto, 21 anos de ditadura. E ela finalmente veio abaixo. Até chegarmos lá, passamos por um longo processo, de que participaram os mais diversos atores sociais e políticos, desde os que preferiram enfrentar os agentes do arbítrio na luta armada e os que o fizeram das tribunas até os que contribuíram para a evolução do processo político.

É necessário salientar que a conquista da redemocratização não decorreu do gesto de um demiurgo, mas da participação de todos esses segmentos, de todos esses cidadãos.

Hoje, sem dúvida, vivemos todos bem melhor do que sob os anos de chumbo. Temos uma democracia

formal, com voto livre e direto, com representação política, com liberdade de imprensa e de expressão.

O processo a que aludi, porém, permanece. Está claro para os brasileiros que a verdadeira democracia não se esgota em uma concepção de Estado, mas se refere a uma concepção de sociedade.

É o que explica o sentimento de frustração que se pode perceber hoje entre os brasileiros, especialmente entre os mais jovens. Acreditou-se que o processo de redemocratização estaria completo quando elegêssemos novamente um presidente pelo voto direto. Não foi o que ocorreu, infelizmente. Afirmou-se que a abertura econômica seria um passo significativo. Não foi. Apostou-se em uma mudança de modelo, a ser conquistado na última eleição presidencial. Isso não se confirmou.

A verdadeira democracia precisa de algo mais.

Tivemos a experiência dos países do leste, com economia estatizada. Sua erosão e queda mostraram que também esse não seria o caminho a seguir. Evoluímos para outra direção, um fundamentalismo de mercado que se revelou, da mesma forma, uma fonte de frustração. Precisamos nos afastar desse tipo de concepção.

Precisamos de nosso próprio projeto de sociedade, que deve ter um desenho democrático que corresponda à liberdade, à diversidade, à solidariedade e à equidade. Temos como buscar esse novo modelo de autonomia. O Brasil conta com 8,5 milhões de quilômetros quadrados e com 180 milhões de habitantes. Um dos maiores territórios do mundo, com uma grande população, mas sem densidade demográfica elevada. Temos recursos naturais, uma biodiversidade que constitui patrimônio inigualável, base para evoluir na pesquisa científica, capacidade de trabalho.

Podemos assim caminhar para a verdadeira democracia, com controle da ação do Estado e com a mais ampla participação de todos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o escritor inglês George Orwell, autor do clássico livro intitulado **1984** – um libelo contra toda forma de arbítrio –, mostra-nos a estreita conexão entre liberdade e linguagem. Em um momento em que se apresentam consolidados a ordem constitucional e o Estado de Direito, vão ficando distantes aqueles tempos sombrios em que o autoritarismo solapava os direitos

civis e políticos mais básicos. Em consequência, hoje em dia, já não se fala mais tanto na importância do processo de redemocratização. É preciso, assim, Sr. Presidente, relembrar. E relembrar para não esquecer! É por esse motivo que saúdo a iniciativa desta Casa em instituir Sessão Especial para comemorar os 20 anos da redemocratização do Brasil.

Os manuais de história recente do Brasil são confluente ao dividi-la em duas fases. A primeira corresponderia ao processo de superação do chamado entulho autoritário, ou seja, dos traços antidemocráticos do regime militar. São marcos dessa fase, principalmente, a elaboração da Constituição Cidadã de 1988 e a eleição presidencial de 1989. A segunda fase é marcada pelos esforços em restaurar a cidadania, moralizar a vida pública e consolidar as instituições democráticas. Os principais marcos seriam a CPI sobre a atuação do Sr. Paulo César Farias, o PC, o *impeachment* de um ex-Presidente, e a CPI do Orçamento.

Quero destacar, contudo, neste curto espaço de tempo, o papel de três personagens que já se inscreveram na História Pátria.

Primeiro, falarei do mineiro Tancredo Neves, personagem que se notabilizou pela incrível capacidade de articulação política, que o levou a exercer três mandatos de Deputado Federal e um de Senador da República, entre vários outros cargos. Essa capacidade foi especialmente exigida durante a crise provocada pela renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Naquele ponto anguloso da trajetória nacional, Tancredo viajou ao encontro de João Goulart em Montevidéu e o convenceu a aceitar a Presidência sob o regime parlamentarista. Em 1982, foi eleito Governador de Minas Gerais pelo PMDB. Famoso pelo espírito conciliador e por trafegar bem entre a oposição e os políticos governistas, candidatou-se à Presidência pelo Colégio Eleitoral quando a campanha pelas Diretas Já ainda estava nas ruas. Uma vez derrotada a emenda Dante de Oliveira, surgiu como alternativa viável, tanto para as oposições como para a dissidência do PDS, a chamada Frente Liberal. Escolhido Presidente em 15 de janeiro de 1985, não chegou a tomar posse.

O nome do paulista Ulysses Guimarães ficou para sempre associado à moralidade na vida pública e à inflexível dedicação aos princípios da democracia e do estado de direito. Participou praticamente de todos os momentos importantes da história do País a partir da década de cinquenta. Opositor ferrenho do Regime Militar e Presidente do então MDB, tornou-se,

em 1974, antecandidato à Presidência da República, na sucessão do General Médici. Uma década depois, já em 1984, constituiu-se em uma das principais lideranças da campanha pelas eleições livres e diretas, fazendo jus à alcunha de “Senhor Diretas”. Com a derrocada da causa das diretas, transformou-se em um dos principais articuladores da eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Considerado um dos políticos mais hábeis e um dos mais respeitados de nossa tradição política, Ulysses Guimarães dirigiu com maestria os trabalhos do Congresso Constituinte. Em 1989, lançou-se candidato à Presidência da República pelo PMDB, mas sua campanha infelizmente não deslanchou.

Esses dois gigantes da política brasileira desapareceram tragicamente, e só nos restou imaginar o que seria a continuidade de suas carreiras. Um terceiro, porém, continua participante ativo da arena política de nossos dias, e não cessa de contribuir, com sua experiência e ânimo incansável, para a estabilidade política, o aperfeiçoamento da vida democrática e a melhoria das condições materiais de vida da população brasileira. Estou falando, como alguns já adivinharam, do ex-Presidente da República e ex-Presidente do Congresso Nacional, o Senador José Sarney.

Em mais de 50 anos de vida pública, José Sarney ocupou todos os cargos de relevância nos cenários regional e nacional da política brasileira, de modo que se torna impossível sintetizar sua carreira em um breve pronunciamento. Focarei, portanto, de maneira muito acanhada, sua atuação brilhante no processo de transição democrática.

De José Sarney é possível dizer que aprendeu com Tancredo e Ulysses sem nunca ter sido discípulo. Nem deles, nem de ninguém, diga-se de passagem. É certo, porém, que de seus exemplos hauriu um aprendizado que soube somar a suas características inatas. Trata-se de um homem que teve descortino, coragem e habilidade em um momento crucial de nossa história recente. Seu perfil confiável e sereno, ao lado da figura também conciliadora de Tancredo Neves, e sob inspiração de Ulysses Guimarães, foi capaz de assegurar a estabilidade e conter os temores de parcelas do Governo que hesitavam em transferir o poder para mãos civis. Poder-se-ia dizer, Sr. Presidente, que José Sarney foi o homem certo no momento certo – como raras vezes a História brinda os seus protagonistas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs, Senadores, o processo de abertura política e de redemocratização deveu muito aos três personagens que ora homenageamos. Hoje,

não resta dúvida de que Tancredo Neves e Ulysses Guimarães pontificaram entre os grandes da política brasileira no século que passou. Um terceiro, de estatura similar à daqueles dois, pôde vencer o pórtico do século XXI. E ele, incansável, continua a exercer o papel para o qual sempre esteve vocacionado: o de um líder sereno e conciliador, capaz de suportar as mais diversas pressões de momento, sempre com o olhar no horizonte, à procura de um futuro que soe como um desdobramento natural do trabalho operoso e da boa escolha que se faz no presente.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. NEY SUASSUNA (PSDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, **DEMOCRACIA.**

Talvez não exista termo, em nossa Língua Portuguesa, mais usado e abusado do que essa palavrinha que os atenienses cunharam para dar nome ao sistema político que desenvolveram e praticaram cinco séculos antes de Cristo.

Na presente sessão especial, tenho certeza de que essa palavra será repetida inúmeras vezes, como seria de esperar.

Afinal, estamos aqui reunidos para celebrar o vigésimo aniversário da vitória dos princípios democráticos sobre o autoritarismo, da liberdade sobre a repressão, do Estado de Direito sobre o despotismo.

O termo “democracia”, todos sabemos, quer dizer “governo do povo”. Politicamente, esse tem sido o ideal almejado por inúmeras sociedades ao longo da história.

É a meta que perseguimos hoje no País e que fundamenta todo o nosso ordenamento jurídico – a começar pela própria Constituição Federal, que, além de definir o Brasil como um Estado Democrático de Direito, não deixa dúvidas quanto à nossa natureza democrática quando diz, no parágrafo único do artigo 1º:

Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Em outras palavras, todo o nosso sistema político se constrói a partir dessas palavras que acabo de mencionar. “Somos uma democracia” é o que a Constituição Federal nos diz, usando outros termos.

“O poder é do povo, e só do povo” é o que a Carta Magna nos lembra constantemente, logo em seu primeiro artigo.

Nos vinte e um anos anteriores a 1985, o Brasil foi o cenário de um regime em que essas reflexões e esses princípios não tinham lugar nem vez.

Falar de redemocratização, senhoras e senhores, é falar de todo um processo que culminou no dia 15 de março de 1985, mas cujas origens estão entranhadas num dos períodos mais conturbados da história brasileira.

Foi um tempo – particularmente a partir do nefasto 13 de dezembro de 1968 – em que a palavra “democracia”, entre as demais expressões usadas inadequadamente para mascarar o regime então em vigor, sofreu violências das quais até hoje ela tenta recuperar-se.

Uma frase que vem sendo dita ultimamente, até por professor universitário, é que “democracia é uma palavra desgastada”. Dizem o mesmo do amor, de Deus, da amizade.

Mas – assim como o amor, Deus e a amizade não dão a mínima pra quem neles não acredita – também a democracia sobrevive na alma daqueles que nela acreditam e que por ela lutam, mesmo em meio às maiores adversidades.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, orgulho-me profundamente de ser membro de um Partido que tem uma história de amor com a democracia. E estou neste partido há 35 anos. Logo, é uma longa e verdadeira história de amor e de provação...

“Adversidades” é uma palavra muito amena pra descrever o que os militantes do PMDB e do antigo MDB enfrentaram em nome da liberdade e da justiça durante a ditadura militar.

E menciono o Movimento Democrático Brasileiro e o PMDB por um motivo muito simples: é impossível falar de redemocratização no Brasil sem falar da história do PMDB, dos vultos históricos que compuseram os quadros do Partido, da importância do PMDB para a redemocratização do País, e da profunda identificação que existe entre o PMDB e a defesa da democracia.

Convido V. Ex^{as}, neste momento, a fazer um passeio pela história. Voltemos ao dia 24 de março de 1966, quase 40 anos no passado.

A ditadura militar, no ano em que completava dois anos, já dera todos os sinais de que não seria apenas uma solução temporária.

O sistema de bipartidarismo implantado pelo governo ensejou, então, naquela data, a criação do Movimento Democrático Brasileiro, que abrigou todos os Partidos de oposição, tornando-se o epicentro a

partir do qual se originariam, nos anos vindouros, os mais legítimos esforços pelo retorno da liberdade e da cidadania.

Sob a Presidência do Senador Oscar Passos, o MDB iniciava sua luta pela restauração da democracia. Ocupando a Vice-Presidência do Partido, encontrava-se um Deputado Federal paulista, já próximo dos 50 anos de idade, cuja história viria a se confundir profundamente com a história recente deste País: Ulysses Silveira Guimarães.

A identificação de Ulysses Guimarães com a luta pela democracia no Brasil e com os ideais do MDB e do PMDB é nada menos que assombrosa.

Mais de 20 anos após seu falecimento, ainda não surgiu, neste País, um brasileiro que melhor encarne o espírito de cidadania, a peleja pelos direitos fundamentais, a guerra pelas eleições diretas e por uma Constituição democrática.

Ulysses, o velho Doutor Ulysses, que tão enorme morreu no mar, ou melhor, ficou encantado para sempre num leito de azul e de infinito, eternizado como seu sonho, magistralmente realizado pela resistência brasileira.

O Ato Institucional nº 5, de triste memória, teve o solitário efeito positivo de injetar, em Ulysses Guimarães e nos demais membros da oposição, um ânimo renovado.

Os protestos contra a ditadura se intensificaram na virada dos anos 60 para os 70, e alcançaram um de seus ápices simbólicos com o lançamento, em 1974, da anticandidatura de Ulysses para a Presidência da República, com Barbosa Lima Sobrinho como seu vice.

Dessa época datam, também, alguns dos discursos mais contundentes de Pedroso Horta, líder da oposição na Câmara nos duros anos de 71 e 72 e um dos políticos mais hábeis que já passaram pelos quadros do MDB. O recado de que a situação estava insustentável estava sendo dado com cada vez mais veemência pelo MDB, sem embargo das represálias e retaliações dos situacionistas.

Em 1974, as eleições para o Senado ofereceram uma demonstração de que a sociedade brasileira começava a se organizar em torno do ideal da redemocratização. A oposição elegeu 16 senadores, e as exigências de uma constituinte se tornaram freqüentes.

A resposta do governo militar veio em 1977, com o famoso Pacote de Abril.

Reconhecendo a ameaça representada pelo MDB, foram criados os senadores biônicos, como forma artifi-

cial de garantir ao governo uma maioria no Senado que ele estava na iminência de perder definitivamente.

Mas o movimento pelo fim do arbítrio, no fim dos anos 70, já era inexorável. A Lei da Anistia, aprovada em 1979, libertou os presos políticos e permitiu o retorno dos exilados.

O Governo militar, na tentativa de fragmentar a oposição, decretou o fim do bipartidarismo, mas os oposicionistas não acusaram o golpe, e o PMDB, nova denominação do MDB, elegeu, nas eleições de 1982, os Governadores de nove Estados, entre eles os de São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

Franco Montoro ficou com o Governo paulista; José Richa foi eleito para o Governo do Paraná; e, em Minas Gerais, elegeu-se um mineiro, um emedebista histórico que ainda viria a participar de uma das páginas mais importantes de nossa história: Tancredo de Almeida Neves.

Estava pronto o cenário para a entrada em cena de uma das mobilizações mais empolgantes de que se tem notícia no Brasil: a campanha pelas Diretas Já.

À frente do movimento, como não poderia deixar de ser, estavam Ulysses Guimarães, o “Senhor Diretas”, Franco Montoro e outros vultos peemedebistas, liderando o PMDB e a oposição nessa que foi, sem sombra de dúvida, a maior manifestação política jamais registrada no País, que chegou a reunir, em seu último comício em São Paulo, cerca de um milhão e meio de pessoas.

As eleições diretas acabaram não acontecendo, mas a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney colocou o Brasil de volta nos trilhos da democracia, há exatos vinte anos. Era o fim de outras duas décadas de arbítrio e despotismo.

De lá para cá, o povo brasileiro só tem confirmado que a democracia – essa palavra desgastada para alguns, mas que soa como música aos meus e aos ouvidos de alguns milhões de brasileiros – a democracia, repito, é, sim, o sistema político que queremos praticar, no qual acreditamos, e que adotamos como princípio organizador de nossa sociedade.

O eterno Primeiro-Ministro britânico Winston Churchill, com a verve que lhe era peculiar, disse que a democracia é a pior forma de governo, à exceção de todas as outras que já foram experimentadas.

É uma forma de dizer – por “arrudeio”, como diria meu primo e grande expressão de alma nordestina Ariano Suassuna – que a democracia é a forma mais

justa e igualitária de organização política concebida pela humanidade.

Consolidar a democracia no Brasil: essa, Sr. Presidente, é a bandeira histórica do PMDB e de todos os brasileiros de bem.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, nesta sessão solene, em que o Senado Federal homenageia os 20 anos do processo de redemocratização do Brasil, quero unir-me aos demais Parlamentares aqui presentes para expressar minha emoção ao relembrar os fatos que marcaram tanto a história de nosso País.

A eleição de Tancredo Neves viria coroar a mobilização popular que fora iniciada com o Movimento pelas Diretas Já. Foi a pressão da sociedade que deu à classe política o aval necessário para enfrentar o regime militar e os 20 anos de ditadura, iniciando um processo que não teria mais volta.

Por esse motivo, hoje, relembremos, com orgulho, dos grandes nomes que fizeram História, como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Franco Montoro e Teotônio Vilela.

E também dividimos com emoção as lembranças desses fatos com os Senadores que fazem parte desta Casa e que participaram diretamente daquele período, como Pedro Simon, Antonio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen e Marco Maciel.

Faço questão de destacar a figura de nosso ex-Presidente do Senado e ex-Presidente da República, José Sarney. Com o impedimento do Presidente Tancredo Neves, foi graças ao Presidente Sarney que o Brasil pôde consolidar a democracia.

Se ele tivesse, por algum momento, hesitado em assumir o comando do país, com certeza outras seriam as páginas escritas na História política do Brasil.

Mas creio, Sr. Presidente, que as homenagens de hoje também devem contemplar aquele que é o maior responsável pelo fato de hoje estarmos todos aqui reunidos.

Falo, Sr^{as} e Srs. Senadores, do povo brasileiro, que proporcionou à classe política a coragem para transpor os limites que separavam o Brasil da ditadura para a democracia.

O nosso povo soube ir às ruas exigir os seus direitos de forma pacífica e tranqüila, dando as mais belas lições de democracia da História do País.

A transição democrática não teria sido possível se, por trás de todo o esforço de nossos líderes, não estivesse a confiança e a força da sociedade brasileira, que aguardava aquele momento com tanta ansiedade e certeza da vitória.

Por isso, hoje, quando comemoramos os 20 anos da democracia, devemos voltar nossos olhos para esta população que, a par das liberdades políticas, ainda aguarda pelo atendimento de muitos de seus direitos fundamentais ainda não resgatados.

O direito à educação, à saúde, ao saneamento básico, ao emprego e à estabilidade econômica capaz de gerar mais certeza e esperança no futuro do País.

Essas são condições básicas para que a redemocratização se efetive plenamente, da forma como seus artífices certamente a imaginaram há 20 anos, quando a articularam e construíram em nome da sociedade brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 152, DE 2005

Senhor Presidente,

A figura de Luís Eduardo merece todas as homenagens do Poder Legislativo, levando-se em conta que, tendo vivido apenas 43 anos, foi Presidente da Câmara dos Deputados e um dos maiores políticos contemporâneos.

Nessas condições, requeremos, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199 do Regimento Interno, que a Hora do Expediente da sessão de amanhã, dia 16 de março, seja destinada a homenagear a memória do Deputado Luís Eduardo, que, se vivo estivesse, completaria, nessa data, cinqüenta anos de idade.

Que desta homenagem seja dado conhecimento ao Governo do Estado da Bahia, à Assembléia Legislativa e à família.

Sala das Sessões, 15 de março de 2005.

U:\BGM\Luís Eduardo 15.03.05.doc

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência fixa a Hora do Expediente da sessão de amanhã para homenagear o Deputado Luís Eduardo Magalhães.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 153 , DE 2005

Requeremos, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado, nos Anais desta Casa, um Voto de Saudade ao eminente brasileiro Luís Eduardo Magalhães, que exer-

ceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País. Foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Líder do Governo na Câmara dos Deputados e Presidente daquela Casa do Congresso Nacional e, no próximo dia 16 de março, se vivo estivesse, completaria 50 anos de vida.

Requeremos também que esta manifestação seja encaminhada sua família, à Câmara dos Deputados, à Assembléia Legislativa da Bahia e ao Governo daquele Estado.

Sala das Sessões, 15 de março de 2005. – **César Borges.**

Sala das Sessões, em 15 de março de 2005

Senador CÉSAR BORGES

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Sr. Senador César Borges encaminhou à Mesa o seguinte discurso:

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesta tarde para lembrar o Brasil da perda, no dia 21 de abril de 1998, há quase 7 anos, do grande líder político, meu saudoso amigo Deputado Luís Eduardo Magalhães. Amanhã ele estaria completando 50 anos se o destino não tivesse retirado sua vida tão precocemente.

Eu gostaria de aproveitar este momento para, além de homenagear a memória de Luís Eduardo, através do requerimento que apresentei à Mesa do Senado, lembrar sua personalidade, do seu exemplo pessoal, do diálogo que mantinha com os opositores, do valor que possuía a sua palavra e da confiança que cativava nos colegas e amigos que desfrutavam da sua convivência.

Em suas ações, constituiu-se como um líder de visão, um líder capaz de ter idéias à frente de seu tempo, realizando diagnósticos precisos e válidos até hoje, passada quase uma década sem a sua presença. Ao mesmo tempo, Luís Eduardo foi também aquele líder com poder de articulação para trazer essas idéias para o seu tempo, o que alimentou novas perspectivas de toda uma geração de políticos brasileiros.

São líderes como Luís Eduardo que deixam na história a sua marca própria, assumem posturas firmes e lutam por seus ideais, mesmo quando incompreendidos. Luís Eduardo sempre agiu com coragem, nunca com timidez, na defesa de suas convicções.

Luís Eduardo era portador de uma admirável capacidade para superação de impasses ou para a correção de rumos estratégicos. Líder nato, por vocação, ascendência genética e brilho próprio, Luís Eduardo exibiu a capacidade de se fazer confiar pelo exemplo de coerência, pelos acertos políticos sempre honrados, pela solidariedade com os adversários e pelo respeito às opiniões divergentes das suas. O legado de Luís Eduardo foi deixado para a Bahia e para todo o Brasil: a política exercida com tolerância, no intuito de fazer do diálogo forma de redução dos impasses tão comuns ao exercício da democracia.

Além disso, a credibilidade do empenho da sua palavra, a sua capacidade para ouvir aqueles que iam de encontro ao seu entendimento, da mesma forma que ouvia os coadunados, e a sua facilidade para somar forças, a exemplo do amplamente destacado nesta tribuna em homenagens anteriores, justificam o voto de saudade que encaminhei por requerimento a esta Mesa, para que possamos homenagear, de forma póstuma, mas sincera e pertinente, esse grande homem público brasileiro, que enche de saudades os corações de

todos nós, brasileiros, e, em especial, do seu afetuosos pai, nosso Senador Antonio Carlos Magalhães.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa encaminhará o voto de saudade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência informa ao Plenário que a Hora do Expediente da sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 16 de março, nos termos dos **Requerimentos nºs 152 e 153, de 2005**, será destinada a homenagear o Deputado Luís Eduardo Magalhães, grande brasileiro que foi Deputado Estadual, Federal, Líder do Governo e Presidente da Câmara dos Deputados, e que, amanhã, se vivo estivesse, comemoraria 50 anos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Cumprida a finalidade da sessão, vou encerrar os trabalhos, agradecendo às autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas que nos honraram com o seu comparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 02 minutos.)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

15-3-2005
terça-feira

• 10:00 – Reunião sobre os estudos visando ao aperfeiçoamento do rito de tramitação de Medidas Provisórias

Senador Antônio Carlos Magalhães

Deputado Sigmaringa Seixas

Senador Aloísio Mercadante

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

• 15:00 – Sessão Especial destinada a comemorar os 20 anos da redemocratização do Brasil

Plenário do Senado Federal

• 17:30 – Solenidade de posse dos Ministros Carlos Mário da Silva Velloso e Gilmar Ferreira Mendes nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do TSE

Plenário do Tribunal Superior Eleitoral – Praça dos Tribunais Superiores, Bloco O

• 18:30 – Missa em homenagem ao 20º aniversário da Redemocratização do Brasil

Catedral Metropolitana de Brasília

• 20:00 – Coquetel em comemoração dos 20 anos da Redemocratização do Brasil

Residência Oficial do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE Nº. 033 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas, **RESOLVE** dispensar a servidora **MARIA AMÁLIA FIGUEIREDO DA LUZ**, matrícula nº. 415-SEI, Técnico de Informática, da função comissionada de Assessor Técnico, símbolo FC-8, da Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, da Secretaria-Geral da Mesa, e nomeá-la para a função de Diretora, símbolo FC-8, do mesmo Órgão, a partir desta data.

Senado Federal, 15 de março de 2005.


Senador **Renan Calheiros**
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE Nº. 034 , DE 2005

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas, **RESOLVE** designar o servidor **PAULO TOMINAGA**, matrícula nº. 545-SEI, Técnico de Informática, para a função comissionada de Assessor Técnico, símbolo FC-8, da Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, da Secretaria-Geral da Mesa, a partir desta data.

Senado Federal, 15 de março de 2005.


Senador **Renan Calheiros**
Presidente do Senado Federal


ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1161 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **EDME TAVARES ALBUQUERQUE FILHO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar _ AP-6, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

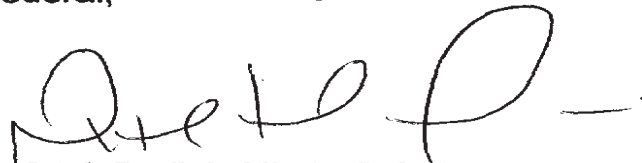
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1162 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **ANTONIO CARLOS CACA DE REZENDE**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar – AP-2, do Conselho de Ética, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1163 , DE 2005**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **ANA CAROLINE SILVA LINS**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar – AP-2, do Conselho de Ética, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 15 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1164 , DE 2005**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **MARIA CRISTINA LEONARDO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 15 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1165, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004230/05-1**,

RESOLVE tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1075, de 09/03/2005, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3191, de 10/03/2005, que nomeou **NAPOLEÃO SUASSUNA LAUREANO**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ney Suassuna.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1166, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004294/05-0**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **TEREZA DE JESUS CUNHA PEREIRA NASCIMENTO**, matrícula n.º 175939, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 14 de março de 2005.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1167 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 4219/05-8,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CAMILLA DE MELLO AMARAL**, matrícula n.º 169800, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do Bloco da Maioria.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1168 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004301/05-6,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA ELIZABETH SERRA E SILVA**, matrícula n.º 163767, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 14 de março de 2005.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.

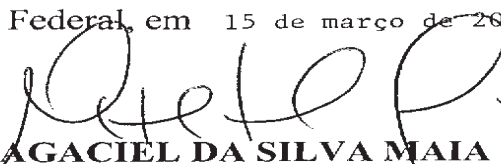

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1169 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004300/05-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA IZÉLIA ARAÚJO DA COSTA**, matrícula n.º 161515, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 14 de março de 2005.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.

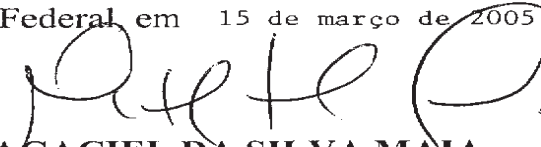

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1170 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004296/05-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA ROSA DOS SANTOS BORCEM**, matrícula n.º 172732, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 14 de março de 2005.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.

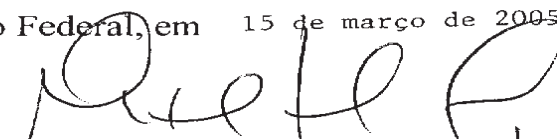

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1171, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004295/05-6**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GRAÇA DE NAZARÉ RODRIGUES SÁ COIMBRA**, matrícula n.º 173621, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 14 de março de 2005.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.

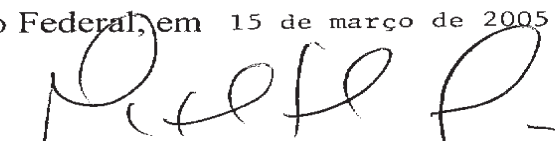

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1172, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004297/05-9**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LANA KELRY BORCEM DA SILVA**, matrícula n.º 173293, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 14 de março de 2005.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1173, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004293/05-3,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WALTER HELISTON COSTA SOUSA**, matrícula n.º 173748, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 14 de março de 2005.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1174, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004298/05-5,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SILVIA REGINA DE CARVALHO MALCHER**, matrícula n.º 163846, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 14 de março de 2005.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1175, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004299/05-1**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MANOEL FERREIRA**, matrícula n.º 161631, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 14 de março de 2005.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1176, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **4276/05-1**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PEDRO CUNHA DE CASTRO**, matrícula n.º 174.911, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1177 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 4216/05-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **SILVIA BEATRIZ RIZZIERI DE LUCA**, matrícula n.º 178874, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete da Liderança do Bloco da Maioria.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1178, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 4218/05-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROSANA DE DEUS VIEIRA BRAGA**, matrícula n.º 169666, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do Bloco da Maioria.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1179, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 4217/05-5,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VALDIRENE SALES PORTO**, matrícula n.º 178928, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do Bloco da Maioria.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1180, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 4221/05-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VERLAINE DO CARMO SANTOS COELHO**, matrícula n.º 171995, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do Bloco da Maioria.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1181 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 4220/05-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JACKSON SALES SANTOS JÚNIOR**, matrícula n.º 169678, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do Bloco da Maioria.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1183 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º **004353/05-6 e 004356/05-5**,

R E S O L V E exonerar **CÉSAR CAPUTO GUIMARÃES**, matrícula n.º 180080, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1186 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004334/05-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JHADSON ALENCAR FREITAS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1187 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004335/05-8**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA LUÍZA TAIANI BALASSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Eduardo Siqueira Campos.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1188 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 4223/05-5,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco da Maioria.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1189 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 4224/05-1,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ROBERTO SILVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco da Maioria.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.

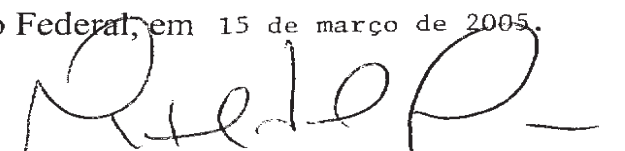

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1190 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 4224/05-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MANOEL FERNANDO ROSA E SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco da Maioria.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

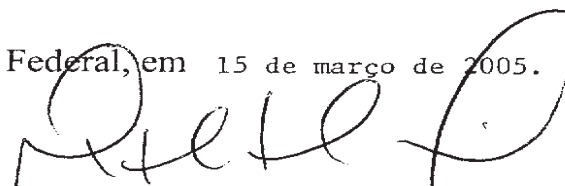
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1191 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 004354/05-2 e 004355/05-9,

R E S O L V E alterar a lotação da servidora **CHRISTIANE AMORIM CARPES**, matrícula nº 170620, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi para o Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

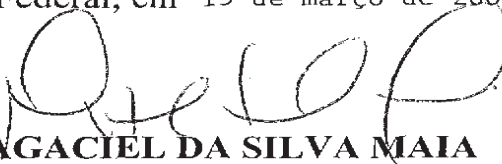
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1192, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.403/05-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROBERTO COUTINHO MALATO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flexa Ribeiro.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.



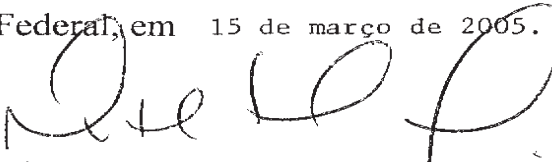
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1193, DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004.407/05-9**,

RESOLVE exonerar, a pedido, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO**, matrícula n.º 178357, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Cristovam Buarque, a partir de 09 de março de 2005.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 1194 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 004.405/05-6,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 1005, de 04/03/2005, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3188, de 07/03/2005, que nomeou **FRANCISCO ABEL MORAIS DE CARVALHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Secretaria, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.



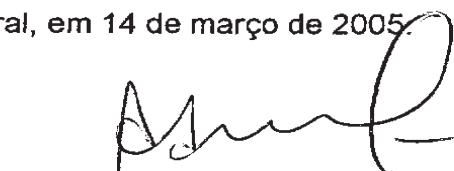
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1195 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato nº 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, observado o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e no artigo 4º do Ato nº 28, de 2004, da Comissão Diretora, **RESOLVE**:

Designar o servidor **EDUARDO SANTANA DA SILVA**, matrícula 46878, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Secretaria de Administração de Contratações, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2005.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.



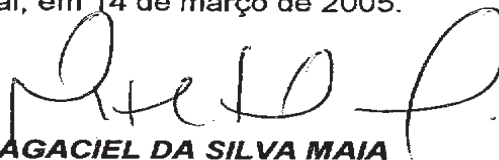
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1196 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato nº 50, de 2004, do Presidente do Senado Federal, observado o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e no artigo 4º do Ato nº 28, de 2004, da Comissão Diretora, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **LUIS FERNANDO VEIGA AVALONE**, matrícula 2741, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, e **designá-lo** para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Elaboração de Editais, Símbolo FC-7, da Secretaria de Administração de Contratações, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 2005.

Senado Federal, em 14 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

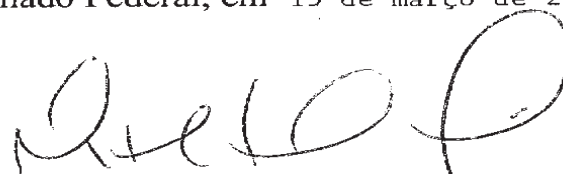
ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1197 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, de acordo com as Resoluções n.º 42, de 1993, n.º 07, de 2002, e com o disposto no Processo n.º 15709/04.3, de 16/11/2004.

RESOLVE

Nomear **ROGÉRIO MOZART DY LA FUENTE GONÇALVES** para o cargo de Analista Legislativo - Nível III, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos, Especialidade de Comunicação Social, Área Rádio, Padrão 36, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado nos termos do Edital nº 1-CD, de 27/04/2004, publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 29/04/2004.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 1198 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **NAILTON SILVA DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Econômicos.

Senado Federal, em 15 de março de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

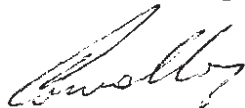
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 001 , DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **CUSTODIO SALATIEL DOS SANTOS DIAS**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula nº 005, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **JOSÉ PEREIRA DA SILVA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula nº 065, do contrato nº 52/2004, constante do processo nº 1689/04-5, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN e a Empresa MINERADORA SAINT CLAIRE LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodasen, em 12 de *JANEIRO* de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 002 , DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **EDUARDO FERRAZ DOS SANTOS**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 565, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 559, do contrato nº 50/2004, constante do processo nº 1884/04-2, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN e a Empresa SYMMETRY INFORMÁTICA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodasen, em 12 de *JANEIRO* de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

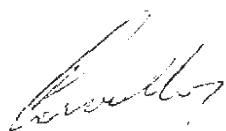
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 003 , DE 2005**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA –**

PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **ELIAS DE OLIVEIRA**, Analista Legislativo/Proc. Legislativo, matrícula nº 1331/SF, para Gestor Titular, e como substituta a servidora **VÂNIA MARIA CASTRO FERNANDES**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula nº 102833/PD, do contrato nº 48/2004, constante do processo nº 1125/04-4, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN e a empresa COMPULINE REPRESENTAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodaseen, em 17 de JANEIRO de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

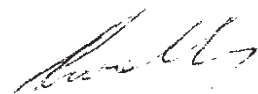
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 004 , DE 2005**O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA –**

PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CÂMARA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 104763/PD, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **AIRES PEREIRA DAS NEVES JÚNIOR**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula nº 105380/PD, do contrato nº 45/2004, constante do processo nº 756/04-0, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN e a empresa NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodaseen, em 17 de JANEIRO de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 205 , DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CÂMARA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 104763/PD, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **AIRES PEREIRA DAS NEVES JÚNIOR**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula nº 105380/PD, do contrato nº 46/2004, constante do processo nº 756/04-0, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN** e a empresa **MW DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodaseen, em 17 de JANEIRO de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

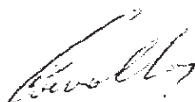
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 206 , DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 105597/PD, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **ANDRÉ JUNQUEIRA SAMPAIO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 106231/PD, do contrato nº 47/2004, constante do processo nº 1833/03-0, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN** e a empresa **VETORIAL CENTER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodaseen, em 17 de JANEIRO de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 007, DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **PAULO FERNANDO DOS SANTOS MONIZ**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 103576, para Gestor Titular, e como substituto o servidor **RICARDO EVANDRO MENDES VIANNA INNECCO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 103023, do contrato nº 17/2001, constante do processo nº 134/01-5, celebrado entre a **Secretaria Especial de Informática do Senado Federal - PRODASEN e a Empresa SERMATEC ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do Prodasen, em 20 de JANEIRO de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

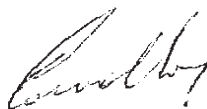
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 08, DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar a servidora **MARIA ABADIA VIEIRA DORNAS**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 62, para gestora titular e como substituto o servidor **PEDRO ENÉAS GUIMARÃES COELHO MASCARENHAS**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 511, do contrato nº 51/2004, constante do processo nº 2055/04-0 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN e a EMPRESA COLUMBIA STORAGE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 20 de janeiro de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 19 , DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **ANDRÉ JUNQUEIRA SAMPAIO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 623, para gestor titular e como substituto o servidor **LUIS RICARDO COUTO BORGES**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 561, do contrato nº 49/2004, constante do processo nº 1140/04-3 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA MICROLOG INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Diretoria do PRODASEN, 25 de janeiro de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA – PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 10 , DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **BERNARDO BRENICCI**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 105536, como gestor titular, em substituição ao servidor **EDUARDO FERRAZ DOS SANTOS**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 105652, no contrato nº 50/2004, constante do processo nº 1884/04-2 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA SYMMETRY INFORMÁTICA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Diretoria do PRODASEN, 22 de fevereiro de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 11 , DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **BERNARDO BRENICCI**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 105536, para gestor titular, e como substituto o servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 105597, do contrato nº 04/2005, constante do processo nº 1275/04-6 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Diretoria do PRODASEN, 23 de *fevereiro* de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 12 , DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CÂMARA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 104763, para gestor titular, e como substituto o servidor **MARCOS FEITOSA ROCHA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 102663, do contrato nº 02/2005, constante do processo nº 1145/04-5 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA GÊNESE INFORMÁTICA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Diretoria do PRODASEN, 02 de *março* de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 13 , DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **MARCOS FEITOSA ROCHA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 102663, para gestor titular, e como substituto o servidor **JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CÂMARA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 104763, do contrato nº 03/2005, constante do processo nº 1145/04-5 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 02 de março, de 2005.


PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 14 , DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **LEOPOLDO PERES TORELLY**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 101580, para gestor titular, e como substituto o servidor **MARCELO SILVA CUNHA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 105366, do contrato nº 01/2005, constante do processo nº 1241/04-4 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA COMPSUPRI INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 03 de março, de 2005.


PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 15 , DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **JOHN KENNEDY DE OLIVEIRA GURGEL**, Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal matrícula 5125, para gestor titular, e como substituta a servidora **ÉLIDA DA COSTA E SILVA**, Técnico Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal matrícula 5138, do contrato nº 007/2005, constante do processo nº 1638/04-1 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA MAXETRON SERVIÇOS INFORMAÇÕES & REPRESENTAÇÕES LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 03 de março de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

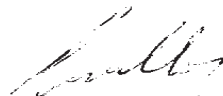
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 16 , DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **MARCOS FEITOSA ROCHA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 102663, para gestor titular, e como substituto o servidor **JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CÂMARA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 104763, do contrato nº 05/2005, constante do processo nº 0806/04-8 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA NOVADATA SISTEMAS E COMPUTADORES S/A**

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 03 de março de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 17 , DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **JOSÉ OSWALDO FERMOZELLI CÂMARA**, Analista de Informática Legislativa, matrícula 104763, para gestor titular, e como substituto o servidor **MARCOS FEITOSA ROCHA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 102663, do contrato nº 06/2005, constante do processo nº 0806/04-8 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA HAAS SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 03 de março de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 18 , DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **JORGE LUIZ SOUZA DIAS**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 103011, para gestor titular, e como substituto o servidor **JORGE PEREIRA DOS SANTOS**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 103965, do contrato nº 08/2005, constante do processo nº 1671/04-9 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA COOPERATIVA DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL LTDA COOPERTRANS**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 08 de março de 2005.



PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

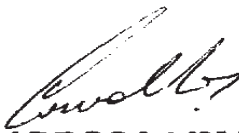
ATO DO DIRETOR DO PRODASEN Nº 19 , DE 2005

O DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA – PRODASEN, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 29 de 2003, artigo 21, parágrafo segundo da Comissão Diretora do Senado Federal, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor **CUSTODIO SALATIEL DOS SANTOS DIAS**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 100058, para gestor titular, e como substituto o servidor **JOSÉ PEREIRA DA SILVA**, Técnico de Informática Legislativa, matrícula 100654, do contrato nº 10/2005, constante do processo nº 1688/04-9 celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA DO SENADO FEDERAL - PRODASEN** e a **EMPRESA FINO SABOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Diretoria do PRODASEN, 15 de março de 2005.


PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO
DIRETOR DA SECRETARIA ESPECIAL
DE INFORMÁTICA - PRODASEN

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Rosiana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PFL	Gilberto Miranda
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	S/partido	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Mário Calixto
	ESPÍRITO SANTO	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Francisco Pereira	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Dulcília Ramos Calháo	(Ramal: 3514)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Janice de Carvalho Lima	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3502)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CFC José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CI Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CRE Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CLP Maria Dulce V de Queirós Campos	(Ramal: 1856)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Vago			
Demóstenes Torres	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato: Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PB)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Professor Luizinho (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL/BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT – DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- • 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- • 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 15.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 108 PÁGINAS